



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Paulo Ricardo Oliveira Sousa

NASCER, CASAR E MORRER NA FREGUESIA DE SANTA OVAIA, OLIVEIRA DO HOSPITAL

1860-1900

Dissertação de Mestrado em História: Época Contemporânea, orientada pela Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Junho de 2021

FACULDADE DE LETRAS

NASCER, CASAR E MORRER NA FREGUESIA DE SANTA OVAIA, OLIVEIRA DO HOSPITAL 1860-1900

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação de mestrado
Título	Nascer, casar e morrer na freguesia de Santa Ovaia, Oliveira do Hospital (1860-1900)
Autor/a	Paulo Ricardo Oliveira Sousa
Orientador/a(s)	Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes
Júri	Presidente: Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão Vogais: 1. Doutor Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta 2. Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Contemporânea
Data da defesa	14-07-2021
Classificação	17 valores



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Agradecimentos

Um trabalho desta escala não é tarefa fácil. Por um lado, é um feito muito importante para quem o elabora, e, por outro, é algo importante para quem ajudou e sempre apoiou a realização do mesmo, quer de forma direta, quer de forma indireta. Inicialmente, a motivação era alta, como normalmente é quando começamos um novo projeto, porém, era impossível prever todas as dificuldades que se iriam apresentar ao longo da elaboração desta dissertação, tanto porque se trata de um tema pouco trabalhado e com escassa bibliografia, como porque é necessária uma força de vontade e estado de espírito enormes para o conseguir elaborar, especialmente durante um ano tão adverso como 2021. É no “departamento motivacional” que as pessoas que se seguem têm o seu lugar especial.

Em primeiro, gostava de agradecer à família: aos meus pais, que sempre me deram a motivação para ir mais além e que me continuam a apoiar incondicionalmente em todas as etapas da minha vida, nunca me deixando desistir; ao Gustavo, a segunda parte do duo dinâmico, que me fez muita companhia, com muito sentido de humor e sempre a puxar por mim; aos meus avós, os que estão cá e os que já partiram, pelo apoio físico e espiritual. Agradeço ao resto da família, cada vez mais reduzida, pela exigência pedida e apoio dado.

À Madalena, por me auxiliar sempre que possível. Mesmo não sendo a História a sua área, nunca disse que não e esteve sempre comigo, desde o primeiro dia de Universidade até hoje.

À minha orientadora, Maria Antónia Lopes, um obrigado muito especial, por ter-me aceitado como seu orientando e ajudado nesta caminhada cheia de altos e baixos. As suas palavras de apoio e ensinamentos fizeram toda a diferença.

Quero agradecer também a todas as entidades que me ajudaram durante a elaboração do trabalho: os elementos da Junta de Freguesia de Santa Ovaia e os seus habitantes, que se disponibilizaram a responder a todas e quaisquer perguntas que eu podia ter.

“There must be a beginning of any great matter, but the continuing unto the end until it be thoroughly finished yields the true glory.”

(Sir Francis Drake, 1587)

RESUMO

Nascer, casar e morrer na freguesia de Santa Ovaia, Oliveira do Hospital

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as principais variáveis do comportamento demográfico na freguesia de Santa Ovaia, do concelho de Oliveira do Hospital, durante um período de 41 anos compreendido entre 1860 e 1900. Para alcançar esse objetivo, recolheram-se os registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, elaborados pelos vários párocos da freguesia, durante o período em análise e que servem de ponto de partida para construção desta dissertação.

Composta por quatro capítulos, o primeiro focado na origem e estrutura dos registos, passando de seguida ao estudo aprofundado dentro dos dados que dispomos, para a natalidade e batismo, nupcialidade e óbitos na freguesia.

Esta investigação possibilitou o entendimento da inserção desta freguesia do interior beirão nos padrões demográficos para a época em que este estudo se centra. Consequentemente, procura-se encontrar as ilações que podemos extrair do nosso estudo para melhor compreender as diferentes variáveis que foram objeto de análise ao longo desta dissertação.

Palavras-chave: Demografia, Santa Ovaia, registos paroquiais, nascimentos, batismos, casamentos, mortalidade.

ABSTRACT

This master's thesis aims to analyze the most important variables of demographic behavior in the parish of Santa Ovaia, in the municipality of Oliveira do Hospital, over a period of 41 years, between 1860 and 1900. To achieve this goal, I collected parish records of baptisms, marriages and deaths, prepared by the various parish priests during the period under analysis. These records serve as a starting point for the construction of this dissertation.

Made up of four chapters, the first one focused on the origin and structure of the records, followed by an in-depth study within the data we have for births and baptisms, marriages and deaths in the parish.

This investigation made it possible to understand the insertion of this parish in the interior of Beira in the demographic patterns for the time in which this study is focused. Consequently, we seek to find the lessons that we can extract from our study to better understand the different variables that were analyzed throughout this dissertation.

Keywords: Demography, Santa Ovaia, parish records, births, baptisms, marriages, mortality.

Sumário

Introdução	9
Cap. I – Os Registos paroquiais em Portugal e o caso de Santa Ovaia	12
1.1. Registos de batismo em Santa Ovaia.....	15
1.2. Registos de casamento em Santa Ovaia	17
1.3. Registos de óbito em Santa Ovaia	18
1.4. Potencialidades e fragilidades dos registos analisados.....	19
Cap. II –Nascer em Santa Ovaia	22
2.1. Ritmos anuais e estacionais da natalidade	23
2.2. Distribuição por sexos	25
2.3 Mobilidade geográfica dos pais	26
2.4. Filiação ilegítima	28
2.5. Abandonos	30
2.6. Intervalo entre o nascimento e o batismo	31
Cap. III – Casar em Santa Ovaia	34
3.1. Ritmos anuais	35
3.2. Ritmos sazonais	37
3.3. Ritmos semanais	40
3.4. Mobilidade Nupcial	41
3.5. Impedimentos ao matrimónio.....	45
Cap. IV – Morrer em Santa Ovaia	46
4.1. Movimento anual de óbitos e a sobremortalidade	47
4.2. Saldo fisiológico.....	49
4.3. Mortalidade segundo o sexo e o estado conjugal	50
4.4. Mortalidade por grupos etários	52
4.4.1. Mortalidade infantil e infantojuvenil.....	53
4.4.2 Mortalidade de maiores e menores de 7 anos.....	56
4.5. Sazonalidade da morte de crianças e de adultos.....	59
4.5.1. Sazonalidade dos óbitos de menores de 1 ano: 1860-1900	60
4.5.2. Sazonalidade dos óbitos de menores de 7 anos: 1860-1900.....	61
4.5.3. Sazonalidade dos óbitos de maiores de 7 anos: 1860-1900.....	62

4.6. A última morada: o local de enterro	63
Conclusão	67
Fontes e estudos	73
Webgrafia.....	77

Introdução

A presente dissertação de Mestrado tem como objetivo determinar e compreender os comportamentos demográficos da freguesia de Santa Ovaia, analisando as suas três grandes variáveis: nascimentos, casamentos e óbitos.

A ideia para o trabalho surgiu, por um lado, pelo gosto e vontade de estudar a época contemporânea, particularmente a nível da temática de demografia histórica, e, por outro, pela vontade de analisar a localidade de Santa Ovaia, uma freguesia do Interior que se encontra no concelho de Oliveira do Hospital, à qual me ligam laços pessoais.

O grande objetivo é estudar, analisar, questionar e compreender os registos que ficaram “esquecidos”, e que são da mais extrema importância do ponto de vista de um historiador. Através desta análise e estudo, pretende-se entender os comportamentos demográficos e familiares da população da freguesia de Santa Ovaia, tendo por base as informações contidas nos registos de batismo, casamento e óbito. Deste modo, estes dados, ao serem contrapostos com as informações do mesmo género, atinentes quer ao resto do país, quer ao panorama europeu, permitem retirar algumas conclusões importantes.

Não podemos esquecer o valor de um trabalho deste género para os estudos demográficos do século XIX. Esta linha temporal foi escolhida sobretudo pelo nível de mudanças que ocorriam no país, tanto sociais como económicas.

As principais fontes para a realização deste trabalho foram, como referi, os registos de batismo, casamento e óbito, que datam de 1860 a 1900. Estes encontram-se depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra e foram todos consultados online com relativa facilidade e segurança, especialmente durante uma época de pandemia. No entanto, houve certos anos, em determinados registos, que não conseguiram ser contabilizados pois encontravam-se em mau estado ou perdidos ou simplesmente eram inexistentes, sobretudo o ano de 1889, referente aos assentos de batismo. Neste último sabemos que houve nascimentos (pois temos informação de nascimentos nesse ano nos registos de batismo de anos seguintes), contudo, tudo aponta para que os registos de 1889 se tenham perdido ou não tenham sido realizados.

A bibliografia selecionada para a elaboração deste trabalho passa por obras de vários investigadores. Todos trabalharam questões ligadas direta ou indiretamente à demografia histórica durante a Época Contemporânea ou durante a Época Moderna.

Achei importante ler e analisar os seus trabalhos na tentativa de produzir um que fosse o mais completo possível e abordasse o máximo de informação apropriada. Incluem-se neste leque, os trabalhos de Teresa Ferreira Rodrigues, que elaborou variados estudos fundamentais sobre história da população portuguesa; Maria Antónia Lopes, com os seus diversos estudos sobre a vida privada; Fernando Pimenta, especificamente o seu trabalho sobre a freguesia Soure; François Lebrun e as suas obras sobre mortalidade e vida conjugal no Antigo Regime europeu, e algumas dissertações de mestrado e doutoramento, como a de Nádia Lopes, sobre a freguesia de Serpins (concelho da Lousã), embora se reporte à Idade Moderna, ou a de Odete Tavares Paiva Silva Leite, referente a Vila Nova de Famalicão, com particular foco na Época Contemporânea. Como mencionei anteriormente, revelou-se um tópico complicado, pois são poucos os investigadores que se dedicam a esta temática na época escolhida para a minha dissertação.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. O primeiro foca-se nas origens dos registos paroquiais em Portugal e nos que foram encontrados em Santa Ovaia, bem como na sua estrutura. O segundo é dedicado ao estudo da natalidade e batismo na freguesia, o terceiro à nupcialidade e o quarto aos óbitos. Para o estudo, foi necessário agrupar os dados e comparar os mesmos entre si ou com outros semelhantes provenientes de outras freguesias que se inseriam na mesma linha temporal.

A freguesia de Santa Ovaia tem uma área de 2,45 km² e cerca de 590 habitantes, segundo dados estatísticos de 2011. Pertence ao concelho de Oliveira do Hospital e atualmente encontra-se integrada no território da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, através da reorganização administrativa de 2012/2013¹. A freguesia conta com vestígios romanos, germânicos e árabes. A primeira menção documental a Santa Ovaia encontra-se nas inquirições do rei Afonso III, que se constitui como um importante documento referente à freguesia. Sabemos, assim, que tinha uma autonomia rudimentar, pois possuía um território ou termo, pagava impostos autonomamente e apenas dependia da cabeça do território da Beira, Seia². No ano de 1527, data do

¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Ovaia Último acesso a 26/4/2020.

² MENDES, Jorge, *Monografia histórica de Santa Ovaia*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, pp. 88-90.

numeramento ordenado por D. João III, existe uma lacuna de informação porque Santa Ovaia encontrava-se integrada no território de Avô e, por essa razão, não nos é dada qualquer informação sobre a freguesia. Volta a surgir nas inquirições pombalinas após o terramoto de 1755, que nos dão a conhecer o número total de habitantes, bem como as fronteiras da freguesia, edifícios eclesiásticos, etc.³ Nos inícios da época contemporânea, encontra-se registo de fatalidades na freguesia durante a terceira invasão francesa, assim como relato de conflitos entre liberais e absolutistas, personificados por alguns notáveis da zona.

Para perceber um pouco melhor a demografia durante a época contemporânea em Santa Ovaia, possuímos os censos de 1864, 1878, 1890 e 1900, que nos fornecem dados importantes sobre a constituição da população aos anos a que se reportam. Decidi escolher utilizar todos esses censos porque foi interessante analisar e compreender as mudanças que se verificaram durante os 41 anos do estudo.

Por fim, interessa mencionar a grande importância de Santa Ovaia enquanto localidade de pedreiros. Santa Ovaia era uma aldeia de pequenas dimensões que possuía um leque muito restrito de atividades laborais. A maioria dos homens eram pedreiros e trabalhadores, enquanto as mulheres eram trabalhadoras. A profissão trabalhadora(a) poderia significar que trabalhavam na agricultura como jornaleiros(as), ou outras profissões que estivessem ligadas ao trabalho físico; infelizmente, não temos elementos que permitam destrinchá-las. Numa fase final do estudo, começou a surgir a profissão de “dona de casa”, embora em números muito reduzidos quando comparada com as restantes. Apesar de existirem um ou outro moleiro, ferreiro, canastreiro, carteiro e proprietário, continuava a verificar-se que a maioria dos homens eram pedreiros, profissão que marcou toda a vida da sociedade santovaense. Para além da sua influência demográfica e social, também é possível encontrar o seu contributo numa faceta linguística, que deu origem a um dialeto próprio conhecido como o "dialeto dos arguinhas". Este foi praticado e crescendo durante as várias gerações de Santa Ovaia (e algumas das freguesias circundantes) e, apesar de hoje estar em extinção, ainda é possível encontrar quem o consiga falar e compreender. No ano de 2020 ganhou acrescido interesse após ter sido candidato às 7 maravilhas da cultura popular.

³ MENDES, Jorge, *Monografia histórica ...*, cit., pp.129-132.

Capítulo I

Os registos paroquiais em Portugal e o caso de Santa Ovaia

O século XIX foi sem qualquer dúvida um tempo de grandes mudanças para a sociedade mundial, e Portugal não foi imune a esta maré de mudança.

Desde muito cedo que a sociedade vivia controlada por princípios religiosos, desde o nascimento até depois da morte⁴. A Igreja exercia um forte controlo sobre os principais eventos da vida humana e esta vigilância começava logo nos primeiros momentos da vida através dos registos de batismo, passando pelos assentamentos de casamento e óbito. Além disso, também as confissões e visitas pastorais constituíam um instrumento importante na fiscalização dos comportamentos, acabando por providenciar informações úteis para o estudo da população. Havia também a existência de outros registos, como os róis de confessados, os livros de disposições testamentárias, de capelas e sepulturas, de alfaias religiosas, além dos livros de usos e costumes, listas de confirmados, entre outros⁵.

Foi o Concílio de Trento que no seu último ano, em 1563, estabeleceu como obrigatório, em cada paróquia, o registo em livro próprio de batismos e de casamentos. Mais tarde, em 1614, o Papa Paulo V viria a decretar a obrigatoriedade de registar também os óbitos. Embora tenha demorado algum tempo a ser concretizada a obrigatoriedade dos registos, acabou por marcar a vida da população.

Todavia, existem registos paroquiais anteriores ao Concílio de Trento em Portugal, remontando ao ano de 1510⁶, e, ainda, documentação que atribui a D. Afonso

⁴ CARVALHO, Joaquim Ramos de, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna” in Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: Época Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 32.

⁵ AMORIM, Maria Norberta, “Registos Paroquiais”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4, Mem Martins, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 99.

⁶ ALCOCHETE, Nuno Daupias de “Registo Paroquial”, in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, p. 560.

IV (1325-1357) as primeiras medidas acerca dos livros paroquiais (1325-1357). As constituições sinodais são resultado de uma reunião eclesiástica, o sínodo, que é presidida e convocada pelo bispo diocesano. Em 1536, as constituições de Lisboa determinam que em cada igreja paroquial devia haver um livro onde se colocasse o registo de batismo e o registo de óbito. Em relação aos batismos, deveria ser registado o dia, mês e ano em que o nascimento teve lugar, os nomes do pai e da mãe, se eram ou não casados e, por último, os padrinhos. Quanto aos defuntos, o registo deveria conter, além do nome do falecido, o dia, o mês e o ano do acontecimento e a indicação dos seus testamenteiros, caso tivesse feito testamento. Sobre o casamento, só temos informação a partir de 1548, através das constituições do bispado de Coimbra, referindo que, em cada igreja, além dos livros de batismos e óbitos, deveria existir também um para os casamentos⁷.

As primeiras constituições, quem sabe impulsionadas pela carta de D. Afonso IV, determinaram as normas para elaborar os assentos paroquiais, que, depois de uniformizadas, se mantiveram até 1911 (com algumas alterações, mas que em muitos casos, não chegaram a ser concretizadas com êxito). A 28 de novembro 1878, com a promulgação do novo Código Administrativo, regulou-se definitivamente a questão do registo dos não católicos. Com a interferência do Estado nestes registos, até aí da competência exclusiva do clero, pensava-se que o registo paroquial passaria da autoridade eclesiástica para a administrativa, porém, tal não aconteceu⁸.

Foi necessário esperar até 1911 para se ver concretizada a substituição do registo paroquial pelo civil. Contava com artigos específicos para a elaboração dos assentos de nascimento, casamento e óbito, tornando-se só agora obrigatório, para todos os cidadãos, proceder a esse mesmo registo civil. Estes artigos são uma concretização das tentativas falhadas no século XIX. A lei determinou que os livros paroquiais anteriores a 1910 seriam recolhidos nas conservatórias do registo civil, fundadas nessa altura⁹. Graças a esta imposição, em Portugal os registos paroquiais encontram-se depositados nos arquivos públicos, o que muito facilita a investigação.

Vários estudos têm procurado traçar as grandes linhas de evolução demográfica da população portuguesa no século XIX e XX. Contudo, apesar da existência de tantos

⁷ SERRA, Paulo Galvão, *Levantamento do fundo paroquial da freguesia de São João, concelho de Oliveira do Hospital*, Covilhã, Tese de Mestrado em Ciências Documentais, Universidade da Beira Interior Artes e Letras, 2012, p.13.

⁸ SERRA, Paulo Galvão, *Levantamento do Fundo Paroquial...*, cit., p. 15.

⁹ ALCOCHETE, Nuno Daupías de “Registo Paroquial”, cit., p. 561.

registros paroquiais, estes encontram-se bastante dispersos e com variados níveis de qualidade, causando inúmeras dificuldades para os investigadores, sobretudo quando o objetivo é elaborar estudos comparativos em largos períodos.

Em relação à primeira metade do século XIX, o historiador é confrontado com o problema de controlar a informação e torná-la compatível, de modo a conseguir uma análise que permita um estudo mais detalhado e bem feito. Das dificuldades em compatibilizar a complexa rede de dados resulta que alguns aspetos básicos da evolução e comportamento demográfico dos portugueses de oitocentos permanecem pouco conhecidos, sobretudo quando descemos à escala regional. Se o objetivo é estudar a população portuguesa ao longo dos séculos XIX e XX, há que ter em consideração duas fases distintas de abordagem: a era protoestatística e a era da estatística moderna, iniciada em 1864 com a realização do primeiro recenseamento geral. Mesmo assim, e porque este era um mecanismo ainda na sua infância, não significa que se encontrem graus de rigor idênticos entre todos os dados censitários disponíveis para datas posteriores, conforme referiu Teresa Rodrigues¹⁰.

No ano de 1801 surgiram os primeiros recenseamentos. Apesar de este ser um mecanismo administrativo, a Igreja continuou a ter um papel bastante importante na sua elaboração. Os dados provenientes dos registos foram organizados segundo a organização eclesiástica da altura, que era constituído por dioceses (ou isentos) e paróquias. Mais tarde, a Coroa portuguesa solicitou a reordenação dos dados segundo as circunscrições administrativas que figuravam na altura: as províncias, comarcas e concelhos¹¹.

Apesar da alteração ao quadro administrativo do Reino a partir da década de 1830, tal não resultou na melhoria da máquina administrativa, que continuou débil a nível local. Assistiu-se à continuação do uso de registos paroquiais como fonte primária para a elaboração do censo de 1849¹². O primeiro Recenseamento Geral da população portuguesa, regendo-se pelas orientações internacionais da época, realizar-se-ia apenas em 1864, marcando o início dos recenseamentos da época contemporânea. Embora as orientações seguidas indicassem já que os recenseamentos deveriam ser realizados a cada

¹⁰ RODRIGUES, Teresa Ferreira, “A população portuguesa nos séculos XIX e XX”, *População e sociedade*, nº1, Porto, 1995, pp. 57-72.

¹¹ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, “A organização do território e o estudo da população, 1801-1849” in Luís Nuno Espinha da Silveira *et al.* (coord.), *Os Recenseamentos da população Portuguesa de 1801 e 1849*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, pp. 26-27.

¹² SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, “A organização do território...”, *cit.*, p. 33.

10 anos, o censo seguinte apenas se realizou em 1878, seguindo-se-lhe o de 1890. A partir de então, os recenseamentos da população têm vindo a realizar-se, com algumas exceções, em intervalos regulares de 10 anos¹³.

Foi só no ano de 1911 que se deu a consolidação da substituição das anotações paroquiais para o registo civil, tendo sido uma das primeiras medidas do governo da Primeira República, criando assim um registo civil obrigatório para todos os cidadãos, como foi dito. Também durante este governo, foi criada a lei do divórcio, bastante polémica. Até à data da criação da lei, o casamento só podia ser desfeito através do óbito de um dos cônjuges, mas a partir de 3 de novembro de 1910, passou a ser possível o divórcio sem que um dos elementos do casal falecesse.

1.1. Registos de batismo em Santa Ovaia

Aos 10 dias do mes de Junho do ano de mil oitocentos noventa e quatro n'esta igreja parochial de Santa Ovaia, Concelho d'Oliveira do Hospital diocese de Coimbra baptizei solenemente um individuo do sexo masculino a quem dei o nome de Adelino e que nasceu no lugar do Outeiro d'esta freguesia ás onze horas da noite do dia sete do mes de Maio do dito anno, filho legitimo de Jose Mendes e de Maria da Gloria naturaes aquelle da freguesia de São Sebastião da Feira do dito Concelho e diocese e esta d'esta freguesia, proprietarios, recebidos, parochianos e moradores n'esta freguesia; neto paterno de Antonio Carlos e de Maria das Dores e materno de Miguel d' Abrantes e de Roza Tavares. Foram padrinhos Adelino Mendes e Maria Madalena, solteiros, aquelle pedreiro e esta empregada no serviço domestico, os quaes todos sei serem os próprios. E para constar lavrei em duplicado este assento, lido e conferido perante os padrinhos o assigno e não assignam os padrinhos por não saberem escrever ou ler. Era ut supra.”

Padrinhos

O paroco encarregado

Alexandre de Brito e Sousa Abranches

Em cima apresento um dos muitos registos de batismo que foram analisados entre os anos de 1860 a 1900, inclusive. Todos eles tiveram a mesma configuração, resultando, naturalmente, numa facilidade de análise. Esta configuração tinha obrigatoriamente de seguir o que se encontrava estipulado no Decreto de 2 de abril de 1862, podendo o pároco

¹³ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt. Último acesso a 3/7/2020

incorrer em pesadas multas¹⁴. Embora uns mais completos que outros, os registos começam por nos dar informação relativamente ao dia, mês e ano em que ocorreu o batismo, o local onde se fez a celebração, a “Igreja Parochial de Santa Ovaia”, e outros dados relativos ao seu enquadramento na administração local e eclesiástica da época.

De seguida, são-nos fornecidos dados sobre o sexo do indivíduo, o seu nome, o lugar onde nasceu, assim como a hora, o dia, o mês e o respetivo ano. Logo depois, é providenciada informação relativamente à legitimidade do recém-nascido: em caso de filho legítimo, menciona-se o nome do pai e da mãe, a naturalidade de ambos e o local onde residiam. Em casos excecionais, dava-se a conhecer a profissão de ambos os progenitores, e, noutros, o nome dos avós paternos, maternos e respetiva naturalidade. Noto que este é um dado que apenas se registou numa fase inicial, o que impossibilitou a sua utilização para os estudos posteriores.

No final do registo, observamos detalhes sobre os padrinhos do batismo. Sabemos o nome de ambos, o estado civil e a sua profissão, e, em alguns casos excecionais, a sua residência. O registo destes dados é algo incutido e transmitido pela doutrina católica, em que os padrinhos eram vistos como uns segundos pais. Também é importante referir que, por norma, os padrinhos costumavam ser pessoas com posses, ou casais importantes da localidade, como o caso da família Vaz Pato ou a família Martins, que em determinada altura se encontram ligadas pelo casamento de D. Mariana Vaz Pato com o Dr. João Martins. Outro reparo interessante é que a maioria dos indivíduos batizados possuía o nome dos padrinhos ou nomes ligados à religiosidade.

Por fim, os registos acabavam com a menção de testemunhas (os padrinhos) e informação relativa às suas habilitações, registando-se se estes sabiam ler e escrever, só ler, só escrever ou nenhuma das opções anteriores. Consoante o grau de literacia assinavam o nome, e caso não soubessem, essa informação era também anotada. Era bastante comum encontrar-se à esquerda de cada registo o número de entrada no livro, e o nome do indivíduo batizado e dos seus pais.

Sobretudo a partir de 1890, temos também a informação sobre o casamento, caso o indivíduo se casasse, sobre o seu registo de óbito, e outras informações variadas, como, por exemplo, a sua viuvez ou, no caso das mulheres, se eram ou não arroladas, com o

¹⁴ MONTEIRO, António Xavier de Sousa, *Manual de Direito Administrativo Parochial*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870, p.171.

objetivo de controlar a gravidez das não casadas¹⁵. Sabemos que foi algo que aconteceu em Oliveira do Hospital, pelo menos durante a época a que esta dissertação se reporta¹⁶.

Os registos eram feitos desta forma, apesar de o pároco possuir a liberdade de acrescentar quaisquer informações que achasse relevantes.

Por fim, algo que é bastante importante nestes registos, é encontrar-se no fecho de cada ano a assinatura do pároco, bem como o número de páginas de cada ano. Esta informação, embora não tenha um valor historiográfico, fornece ao historiador uma sensação de segurança durante a análise e respetivo estudo destes registos, pois basta conferir o número de páginas finais com o número de páginas analisadas. Se, por outro lado, existir alguma irregularidade, é aqui que nos é providenciada essa informação, já que era comum dar a conhecer, caso tivesse acontecido, algum erro nas páginas finais de cada ano.

1.2. Registos de casamento em Santa Ovaia

Aos tres dias do mes de Fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e oito n'esta igreja parochial de Santa Ovaia, Concelho d'Oliveira do Hospital diocese de Coimbra na minha presença compareceram os nubentes Guilherme Nunes e Maria d'Anunciação os quais sei serem os próprios com todos os papeis do estylo correntes sem impedimento algum canónico ou civil para o casamento: elle d'idade de vinte e quatro anos como se vê no documento junto, solteiro, trabalhador, natural da freguesia de S. João de Areias, Concelho de Santa Combadão diocese de Vizeu onde foi baptizado e morador ou residente nesta freguesia, filho legitmo de Antonio Nunes Madeira e Maria Luiza das Neves naturaes aquelle d'esta freguesia e esta da freguesia de São João d' Areias; ela de idade de vinte e tres anos como consta no documento junto, solteira, trabalhadora natural d'esta freguesia onde foi baptizada e é moradora ou residente, filha legitima de Jose Ignacio e Maria da Gloria naturais d'esta freguesia, os quaes nubentes se receberam por marido e mulher e os uni em matrimónio procedendo em todo este auto conforme o rito da Santa madre egreja catholica e apostólica romana. Foram testemunhas presentes que sei serem os próprios Miguel de Brito e Francisco Rodrigues, aquelle solteiro, proprietário e este também solteiro pedreiro, moradores nesta freguesia. E para constar lavrei em duplicado este acento que depois de ser lido e conferido perante os conjugues

¹⁵ Ver, sobre o assunto: LOPES, Maria Antónia, “Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado: intimações, subsídios e abandonos no distrito de Coimbra, 1850-1890” in Araújo, Maria Marta e Pérez Álvarez, María José (coords.), *Do silêncio à ribalta. Os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX)*, s.l., Lab2PT, 2016, pp. 37-54.

¹⁶ SOUSA, Paulo Ricardo Oliveira, *Mulheres intimadas do conselho de Oliveira do Hospital: Estudo do livro de intimações femininas (1852-1867)*, Coimbra, trabalho de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018.

e testemunhas, com estas o assigno e não assignão os conjugues por não saberem ler nem escrever.

Miguel de Brito
Francisco Rodrigues

O parcho
Alexandre de Brito e Sousa Abranches

Em termos de estrutura, os registos de casamento não eram muito diferentes dos outros em estudo. Estes davam conta do dia, mês e ano em que se deu a cerimónia, e o local, que era a igreja paroquial de Santa Ovaia. Após nos serem dadas essas informações, tínhamos o nome dos nubentes em questão, revelando se estes possuíam algum impedimento canónico ou civil para o casamento, pois, por exemplo, um deles poderia ainda estar casado, podiam ser parentes em grau proibido e não possuírem dispensa, etc. De seguida, iniciava as especificações dos dados de cada um dos nubentes. Primeiro, o marido: registava-se a sua idade, o estado civil, algumas vezes a profissão, naturalidade, a legitimidade da sua filiação e respetivos nomes dos pais, bem como a naturalidade de ambos; de seguida os dados da esposa, que tinham a mesmas informações.

Para concluir, eram dadas as informações sobre as testemunhas (vulgarmente conhecidos por padrinhos) presentes na celebração do matrimónio, o seu nome, estado civil, profissão e local de habitação. Ao contrário das práticas atuais, eram, em geral, dois indivíduos do século masculino.

1.3. Registos de óbito em Santa Ovaia

Aos seis dias do mes de Novembro do anno de mil oitocentos noventa oito ás dez horas da noite no logar da Catraia d'esta freguesia de Santa Ovaia Concelho d'Oliveira do Hospital, diocese de Coimbra faleceu um individuo do sexo feminino por nome de Maria Olynda de idade de seiz meses e cinco dias, natural e moradora d'esta freguesia, filha legitima de Jose das Dorez e de Maria Augusta, naturaez, elle exposto da antiga roda de Coimbra e ella d'esta freguesia, trabalhadorez, a qual foi sepultada no cemiterio publico. E para constar lavrei em duplicado este asserto que assigno. Era ut supra

O parcho
Alexandre de Brito S. Abranches

Os registos de óbito também não eram muito diferentes dos restantes nem do que era regulamentado. Começavam por registar o dia, mês e ano do falecimento, sendo indicado de seguida a hora e o local. Logo depois, era indicado o nome do indivíduo, o seu sexo e a idade. Era-lhe dado o nome de “inocente” se tivesse morrido no parto ou em idade muito nova, não chegando a atingir sete anos. De seguida, são revelados detalhes relativamente à sua naturalidade e legitimidade. Caso fosse adulto, anotava-se o estado civil e, sendo casado ou viúvo, o nome do cônjuge. No caso das crianças ou jovens, era providenciado o nome do pai e mãe, a sua profissão e a sua naturalidade, caso fosse legítimo.

Registava-se também a informação dos sacramentos que recebeu e quando os recebeu, embora essa prática tenha sido um pouco descuidada pelos párocos que exerciam o sacerdócio na freguesia ao longo dos quarenta anos de estudo.

Por fim, é-nos dado o local onde foi sepultado, se no adro da igreja ou no cemitério público, e informação se era ou não intestado, o que aconteceu muitas vezes durante os 41 anos de estudo, visto tratar-se de uma prática em desuso na época contemporânea.

No que diz respeito ao local final de descanso, sabemos que a ordem para a construção dos cemitérios saiu a 21 de setembro de 1835, decretada por Rodrigo da Fonseca Magalhães. Sabemos também que ficou em grande parte por cumprir e foi o decreto de 26 de novembro de 1845, de Costa Cabral, que teve efeitos práticos, embora, com frequência, de aplicação tardia. O primeiro assento que temos de uma sepultura no cemitério durante o nosso estudo data de 7 de novembro de 1863, apesar de haver registos anteriores, algo que tratarei mais à frente no capítulo destinado a este tema.

Quanto aos testamentos, e quando eram feitos, não temos nenhuma informação sobre o seu conteúdo, nem sobre a celebração de missas de corpo presente ou não.

1.4. Potencialidades e fragilidades dos registos analisados

Como em todas as fontes, há potencialidades e fragilidades nos registos de batismo, casamento e óbito em geral e naqueles que iremos trabalhar.

Os registos de batismo estão bastante completos. O único elemento que de facto não está presente é a idade dos pais, o que dificulta o cruzamento de informação com os registos de casamento. Porém, sabemos a sua naturalidade, onde viviam e o nome dos

seus pais. Os registos de casamento são os mais completos e, portanto, apresentam boas potencialidades. Sabemos as idades dos nubentes, de onde são, se tiveram algum impedimento, quem eram os seus pais, etc... No que concerne aos registos de óbito, estes são os que possuem uma maior fragilidade para o historiador, apesar de serem completos sob o ponto de vista da elaboração que a lei impunha.

Através dos registos de batismo, é possível obter informações que nos possibilitam conhecer a vida de uma criança desde o seu nascimento até ser batizada, conseguindo, por exemplo calcular o tempo que levou até ao batismo. Para além disso, dá-nos a conhecer quantas crianças foram batizadas, em que lugar e dia nasceram, quem eram os seus pais e a sua naturalidade, permitindo-nos traçar a mobilidade geográfica de cada casal, contando que os filhos sobrevivessem até ao batismo. Também é possível observar o ritmo sazonal das conceções e da natalidade, perceber se houve mais nascimentos do sexo feminino ou masculino e calcular a percentagem de ilegitimidade, entre outros dados.

Relativamente aos registos de casamento, oferecem-nos informações igualmente importantes, como qual a idade média com que as pessoas se casavam, a taxa de “recasamentos”, a mobilidade geográfica de cada nubente e a sua profissão. Por outro lado, é também possível sabermos qual o número de casamentos realizados por ano, o dia semana escolhido para a sua realização, os meses do ano em que se registavam mais celebrações e se estas eram ou não afetadas por condicionantes externas, como a atividade laboral de cada nubente.

Por último, em relação aos registos de óbitos, podemos apurar os últimos momentos da vida dos indivíduos, além de ser possível relacionar estes dados com os do batismo, permitindo assim calcular o saldo fisiológico da comunidade. Através dos registos, podemos saber a data do falecimento do indivíduo em questão, qual a causa da sua morte, e, em alguns casos, quais os sacramentos que este recebeu, se fez ou não testamento e onde foi sepultado.

Numa altura em que a mortalidade infantil era alta, este é um dado que não pode ser ignorado e, graças a estes registos, é possível averiguar se a tendência nacional se verificava também em Santa Ovaia. Será que uma criança sobrevivía ao primeiro ano de vida? Qual a taxa de mortalidade dos menores na freguesia? Não menos importante, podemos tentar compreender as epidemias que aconteceram ao longo do século XIX e que contribuíram para um aumento da mortalidade.

Em pleno século XIX, estes registos já não apresentavam tantas fragilidades e falta de rigor que se encontram em registos que foram feitos antes da segunda metade do século XVIII, mas, ainda assim, não eram. Como referi, os registos de óbito são os que menos informação possuem. Por exemplo, em quarenta e um anos de análise não encontrei qualquer tipo de informação relativamente a missas. O único detalhe importante foi mesmo uma nota feita pelo pároco relativa às famílias de alguns defuntos não terem dinheiro para pagar pelo serviço. Algumas vezes sabemos as idades, profissões e as causas da morte, como, por exemplo, um indivíduo que foi encontrado morto afogado num poço, ou o acontecimento trágico de um pai e filho terem morrido numa dorna devido a uma intoxicação durante a vindima.

Para concluir, os livros de registos da freguesia de Santa Ovaia dos anos de 1860 a 1900 revelam-se fontes historiográficas na sua maioria completas e seguidoras das normas impostas. Possibilitam ao historiador estabelecer, com um elevado grau de certeza, comportamentos demográficos e relações familiares e sociais existentes na freguesia.

Capítulo II

Nascer em Santa Ovaia

Contrastando com os finais da *Época Moderna*, a população de Portugal continental registou um aumento de apenas 72% entre 1801 e 1900, variação a que corresponde um ritmo de crescimento médio fixado em 0,55% ao ano. Este é um valor modesto tendo em conta o panorama dos restantes estados europeus¹⁷. Na segunda metade de Oitocentos, o crescimento acentua-se devido à redução da mortalidade, a qual permite compensar o aumento do fluxo emigratório característico da centúria. Existem três grandes períodos da vida portuguesa, que marcam as grandes etapas de crescimento populacional. A primeira fase, estende-se de 1801 a 1834, período em que o Reino foi atingido por três invasões estrangeiras, uma guerra civil e um violentíssimo surto de cólera; um segundo período, perturbado por dificuldades económicas diversas, alonga-se até 1852 e, finalmente uma fase de paz, em que se assiste à melhoria progressiva e contínua das condições económicas. É durante esta terceira fase que situamos o nosso estudo na freguesia de Santa Ovaia.

Como sabemos, os partos eram feitos em casa, assistidos por uma parteira, com ou sem instrução, consoante o nível social da parturiente e a sua inserção geográfica¹⁸. Uma das principais causas de morte feminina era a morte durante o parto, que afetava parturientes de qualquer estrato social, embora fosse mais perigoso para as burguesas ou aristocratas por levarem um estilo de vida sedentário. Por esse motivo, estas não possuíam a mesma forma física das mulheres populares, que também tinham partos menos frequentes e estavam habituadas ao trabalho físico.

¹⁷ RODRIGUES, Teresa Ferreira, “A população portuguesa ...”, cit., pp. 57-72.

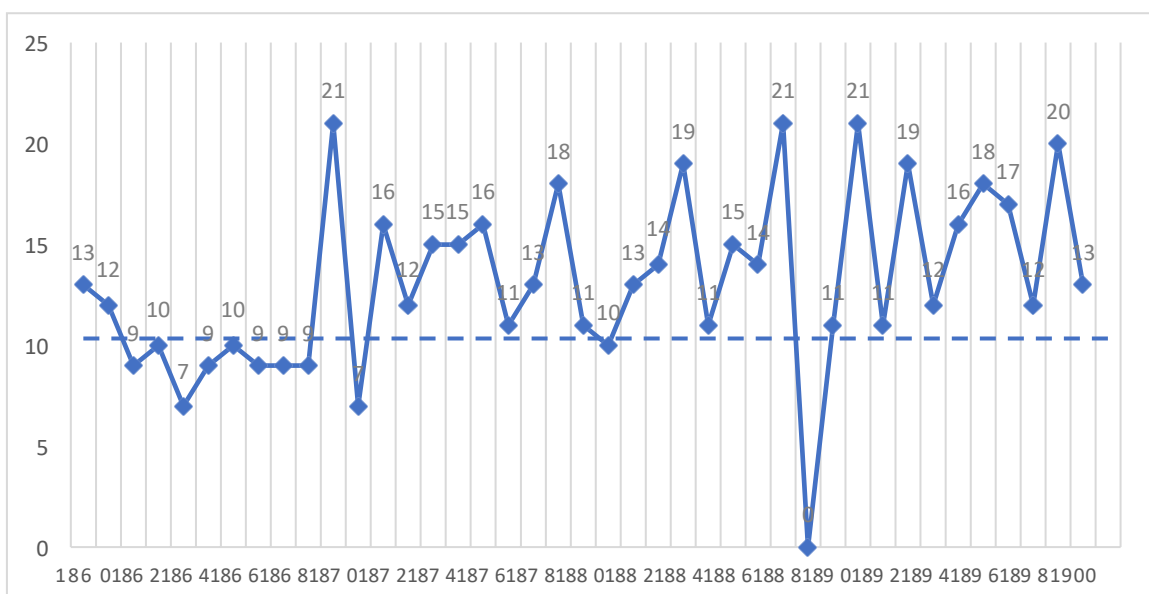
¹⁸ LOPES, Maria Antónia, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” in VAQUINHAS, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal 3. Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 152-193.

2.1. Ritmos anuais e estacionais da natalidade

Este trabalho de investigação sobre Santa Ovaia, conforme referi anteriormente, tem como balizas cronológicas os anos de 1860 e 1900 inclusive, num período temporal de 41 anos, resultando numa análise de 545 registos de batismo recolhidos cuidadosamente.

Os assentos batismais desta freguesia dão-nos a informação do dia, mês e ano do nascimento das crianças, o que nos permite saber também os ritmos das conceções. Analisemos o número de nascimentos na freguesia durante a época em estudo.

Gráfico 1. Número de nascimentos por anos (1860-1900)¹⁹



Como podemos concluir através do Gráfico 1, o movimento anual dos nascimentos retrata variações bastante aleatórias, especialmente a partir do ano de 1869, típico de uma comunidade de pequena dimensão. De facto, após esse ano, observamos uma certa instabilidade, com especial importância para o ano de 1889, sem nenhum batismo. Não foi possível obter qualquer informação que explicasse este vazio, sendo provável que os registos não tenham sido feitos ou transcritos para o livro dos assentos.

Com a exceção de 1871 e o caso referido de 1889, foi entre 1870 e 1900 que ocorreu o maior número de nascimentos: um total de 442. Os anos de 1870, 1888, 1891

¹⁹ Não são contabilizados os 6 expostos neste gráfico pois não sabemos onde nasceram.

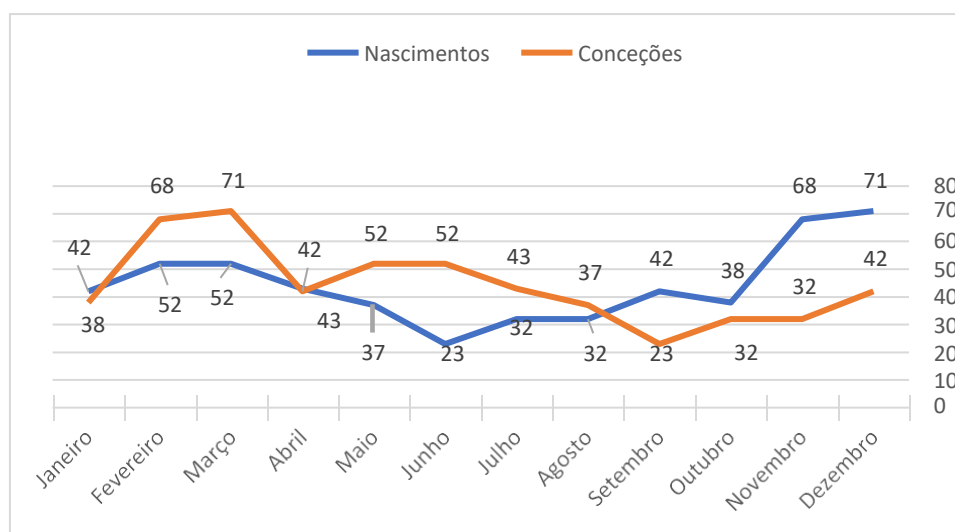
e ainda 1899 registaram o maior número de nascimentos, contrastando com os números apresentados na década de 1860.

Porquê estes números? Isto deve-se ao facto de se ter registado um crescimento geral da população em Portugal, como já foi mencionado. Ora, com o aumento da população, houve uma necessidade de procura de trabalho, condições existentes em Santa Ovaia que possibilitaram uma estabilização da população na freguesia.

A maioria dos progenitores tinha a profissão de pedreiro. A arte de trabalhar a pedra foi desde muito cedo um fator de fixação da população na freguesia e graças a isso, e com a particularidade do crescimento populacional em Portugal no séc. XIX, assistiu-se ao aumento dos nascimentos em Santa Ovaia. Verifica-se também a existência de quebras e picos ao longo dos anos, com uma tendência geral para uma subida contida de casamentos e uma queda da mortalidade após 1870, como se verá adiante.

Apesar das diferenças encontradas no gráfico 1, podemos observar que não são assim tão distintas, sobretudo a partir de 1872, e se excluirmos o ano de 1889, neste caso provavelmente por falta de documentação.

Gráfico 2. Distribuição mensal das conceções e dos nascimentos (1860-1900)



Vimos que entre os anos de 1860 e 1900 nasceram 545 crianças em Santa Ovaia. Para o gráfico 2 foram excluídas 7 devido à impossibilidade de conhecermos a sua data de nascimento com exatidão. O movimento mensal reporta-se, portanto, a 532 casos.

Estudos mostram que existe uma maior taxa de conceções na primavera, sobretudo nos meses de março, abril e maio, relacionando as conceções destes meses com a maior

incidência da luz solar que ativa a hipófise e conseqüentemente o desejo sexual, ocasionando uma atividade sexual dos casais mais ativa, que iria inevitavelmente resultar num maior número de nascimentos nos meses de janeiro, fevereiro e março do ano seguinte²⁰. Após estes meses, registava-se uma tendência para um ligeiro decréscimo que voltaria a ganhar força nos finais do ano.

Em Santa Ovaia, os meses em que se registaram mais nascimentos foram novembro, dezembro, fevereiro e março, tendo sido concebidos em fevereiro, março, maio e junho respetivamente, registando-se uma quebra a partir de junho até setembro. É complicado justificar estas flutuações de valores recorrendo à explicação dada por grande parte dos estudiosos europeus sobre o surgimento de maior apetite sexual na primavera.

Poderia haver outras condicionantes que em muito podiam contribuir para estes valores: a abstinência religiosa, doenças, o período pós-parto e as fases prolongadas de aleitamento, a intensa atividade laboral ou até mesmo as deslocações em trabalho que os maridos teriam de fazer nos meses seguintes²¹. O facto de a maioria dos maridos trabalhar a pedra fora da freguesia, resultava em deslocações, em alguns casos, bastante longas e distantes, para ir trabalhar às temporadas em zonas como a Serra da Estrela, Guarda, Covilhã, Fornos de Algodres, Trancoso, Castelo Branco, Pinhel, etc. Em alguns casos, até mesmo para a Espanha. Também as deslocações dos trabalhadores para o Alentejo, Alto Douro ou para o Norte da Beira Alta para trabalharem nos campos agrícolas. Estes iam de alcofa ao ombro onde guardavam as "batatas e a broa, o casaco pendendo do outro que carrega o pico e a barra de ferro"²². Pode, portanto, estar aqui várias explicações para o aparecimento destes números que fogem ao panorama europeu da época.

2.2. Distribuição por sexos

Como referi anteriormente, na freguesia de Santa Ovaia, entre 1860-1900, foram batizados 545 indivíduos, 277 do sexo masculino e 268 do feminino, aqui contabilizados os 6 expostos que foram aí batizados. Estes dados englobam os falecidos pós-parto, pois todos eles constam no livro de registos de batismo, independentemente de terem sido

²⁰ REIS, Maria da Conceição Coelho dos, *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855: estudo demográfico*, Tese de Mestrado em História das Populações, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003, pp. 41-42.

²¹ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da população...*, cit., p. 384.

²² NEVES, F. Correia das, *Os verbos dos Arguinas*, Beja, s.n, 1987, p.7.

batizados na igreja ou em casa, caso tivessem algum impedimento que impossibilitava a deslocação até à igreja.

Como facilmente se pode verificar, o índice de masculinidade da população de Santa Ovaia, à nascença foi de 105 rapazes por cada 100 raparigas. Estes valores são uma constante verificada nos estudos realizados por diversos autores sobre comportamentos demográficos na Europa da Época Moderna. Sabemos, através de outros trabalhos realizados sobre localidades de Portugal entre 1785 e 1855, que os dados não diferem muito do valor de Santa Ovaia²³.

2.3. Mobilidade geográfica dos pais

Através dos registos de batismo, foi possível conhecer a naturalidade dos pais e também dispomos de informação relativa aos avós dos neófitos, apesar de a informação relativa a estes últimos ser mais “fraca” no que diz respeito aos dados que nos é capaz de fornecer.

Tabela 1. Naturalidade dos pais (1860-1900)²⁴

Origem dos pais	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Da freguesia	254	46,61%	356	65,32%
De "fora"	206	37,80%	155	28,44%
Desconhecida	85	15,60%	34	6,24%
Total	545	100%	545	100%

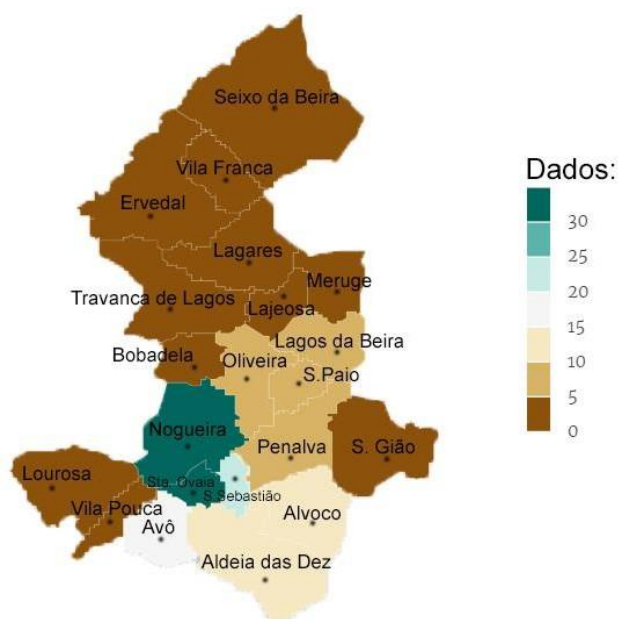
Com a tabela n.º 1, podemos observar que são as mulheres originárias da freguesia que se encontram mais representadas. Isto é facilmente explicável graças a um fluxo de homens "de fora" que deram a entrada na freguesia em busca de trabalho. A freguesia de Santa Ovaia era constituída por bastantes pedreiros, seguindo-se a profissão de

²³ LOPES, Nádía, *Natalidade e mortalidade na freguesia da Bemposta em finais do antigo regime (1752-1800)*, Coimbra, Tese de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017, p. 28.

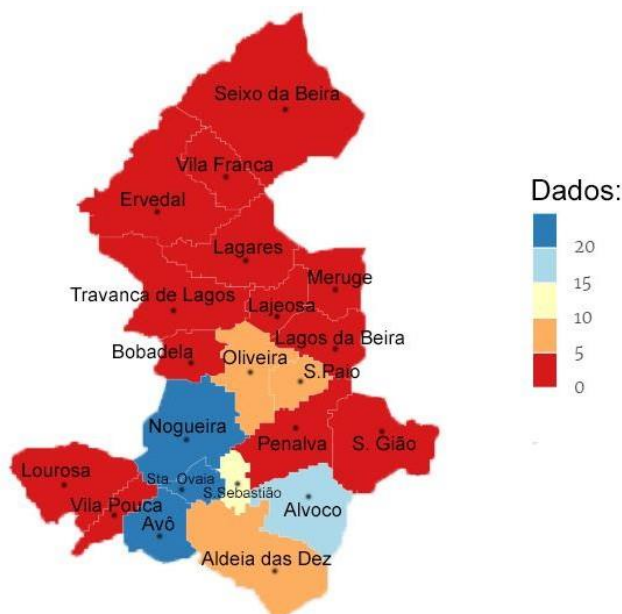
²⁴ Números contabilizados por entrada nos registos e não por família.

trabalhador. Isto, aliado a um número reduzido de habitantes, fazia com que Santa Ovaia apresentasse as melhores condições para procurar trabalho, criar uma família e permanecer na aldeia. De fora da freguesia temos um número mais elevado de indivíduos do sexo masculino do que do feminino – tudo devido às oportunidades de trabalho que existiam em Santa Ovaia. Sabemos que tanto maridos como esposas vinham maioritariamente de freguesias próximas, como S. Sebastião da Feira, Penalva, Avô e, maioritariamente, de Nogueira do Cravo. Eram raras as que vinham de sítios mais longínquos, mas registaram-se alguns casos provenientes de Tábua, Arganil, Seia, Gouveia, S. João de Areias, Ponte de Lima e Carragozela. Acabavam todos por convergir em Santa Ovaia, onde os homens na maioria iam trabalhar como pedreiros e as mulheres como “trabalhadoras”. Em baixo apresento dois mapas referentes apenas ao concelho de Oliveira do Hospital onde podemos observar a origem destes santovaenses.

Mapa 1. Mobilidade geográfica dos pais no concelho de Oliveira do Hospital (1860-1900)



Mapa 2. Mobilidade geográfica das mães no concelho de Oliveira do Hospital (1860-1900)



Por fim, ficam de fora 119 pessoas de ambos os sexos (85 pais e 34 mães), uma vez que foram impossíveis de contabilizar por variadas razões: 37 eram expostos e, portanto, não sabemos qual a sua origem (mesmo tendo informação da roda de onde eram provenientes), noutros casos as suas naturalidades não foram registadas ou a fonte encontra-se em tão mau estado que impossibilita a leitura.

2.4. Filiação ilegítima

É bastante importante analisar a taxa de ilegitimidade na freguesia de Santa Ovaia durante o período em análise. Há várias possibilidades para explicar a ilegitimidade, desde sociais a culturais. A ilegitimidade foi condenada por autoridades civis, eclesiásticas e por homens de letras, em nome do bom funcionamento da sociedade e dos bons valores morais.

As proporções de filhos naturais no conjunto total das crianças nascidas em Portugal durante o século XIX eram muito elevadas. Em 1888-1890 a taxa de ilegitimidade situava-se entre 12,1% e 12,3%, mas em 1860 fora superior: 15,8% de todas as crianças batizadas eram filhos naturais ou expostos²⁵.

²⁵ CASCÃO, Rui, "Demografia e Sociedade", in Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *História de Portugal*, vol. 5, *O Liberalismo*, Editorial Estampa, 1998, pp. 368-369.

Tentemos agora efetuar um estudo sobre a legitimidade em Santa Ovaia. Feito um levantamento de todas as crianças, foram contabilizados 545 batismos, e desses, 54 foram de filhos ilegítimos, incluindo 6 expostos. As crianças fora do casamento foram registadas como naturais ou com pai incógnito.

Tabela 2. Evolução percentual da filiação ilegítima por decénios (1860-1900)

Períodos	Total de Nascimentos	Total de ilegítimos	% de ilegitimidade
1860-1869	100	12	12%
1870-1879	147	17	11,57%
1880-1889	128	13	10,20%
1890-1900	170	12	7,10%
Total	545	54	9,91%

Relacionando estes valores com o Portugal oitocentista, a taxa bruta de natalidade atingiu o seu nível máximo em meados dos anos 70, e a fecundidade ilegítima nunca chegou a representar mais de 10% a 13% do total dos nascimentos²⁶.

Verificamos, portanto, que a freguesia apresenta taxas de ilegitimidade que se enquadravam nos valores conhecidos da época para Portugal Continental. Já em comparação com os do distrito, eram ligeiramente superiores, pois os valores conhecidos para Coimbra entre 1886 e 1901 andavam entre os 10 e 8%²⁷. Mas tal não acontece se compararmos com os dados conhecidos para Oliveira do Hospital, datados de 1877, que apresentavam uma taxa de ilegitimidade de 12%²⁸, valores muito mais próximos dos que se apuraram agora para Santa Ovaia.

É interessante analisar que houve um constante decréscimo desta taxa em Santa Ovaia, especialmente se observarmos em períodos 10 anos, ressalvando 1890-1900 que é de 11 anos, revelando uma constante diminuição de ilegitimidade na freguesia, crescendo apenas neste último corte.

²⁶ RODRIGUES, Teresa Ferreira, “A população portuguesa ...”, cit., p. 113.

²⁷ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da população...*, cit., p. 389.

²⁸ LOPES, Maria Antónia, “Mães solteiras...”, cit., p. 43.

2.5. Abandonos

Não podemos abordar a ilegitimidade sem mencionar os expostos da freguesia. Dentro da filiação ilegítima, é importante distinguir os expostos ou enjeitados dos restantes. Convém realçar que, embora em alguns casos existam indícios de que estas crianças eram ilegítimas, não se pode afirmar que nasceram fora do matrimónio ou não porque a origem destas crianças é indeterminável.

Santa Ovaia não possuía uma Roda e, como na maior parte dos casos, os enjeitados só eram entregues às amas depois de batizadas na freguesia onde se sediava a Roda, com a fonte que estamos a explorar não é possível saber nem quantos enjeitados haviam nascido em Santa Ovaia nem quantos estavam a ser aí criados. Sabemos apenas, como veremos, quantos casaram e morreram nesta freguesia. O distrito de Coimbra aboliu as Rodas em 1872. Após esse ano, passou a haver um hospício em Coimbra para acolher estas crianças. A exposição anónima foi proibida, mas no concelho de Oliveira, sabemos que entre 1872 e 1890, 57 crianças foram expostas (ilegalmente, porque a Roda fora extinta), correspondendo a um total de 7,13% do total de crianças contabilizadas por concelhos do distrito de Coimbra entre 1872 e 1890²⁹.

Regra geral, como se disse, estas crianças eram batizadas na paróquia da roda, mas através dos registos analisados, sabemos que houve, pelo menos, 6 expostos batizados em Santa Ovaia, podendo haver mais no ano de 1889, do qual não temos informação. Um deles, foi trazido pelo administrador do concelho em 1865, sem que se explique porquê. Era uma menina, que foi batizada com o nome de Patrocínia. Sobre os restantes cinco, todos expostos na freguesia, o que era prática ilegal, possuímos informações bastante importantes. Sabemos que a segunda criança se chamava Lúcia e foi deixada na porta de uma habitante da freguesia às 2h do dia 15 de outubro de 1866. Oterceiro, de nome Vicente, foi colocado à porta de Luís Nunes Vicente às 3h e, embora odia e mês seja desconhecido, sabemos que foi em 1868. A quarta criança, de quem dispomos de mais dados, chamava-se Timóteo e foi encontrado por Maria Dias no dia 3 de junho de 1872, à sua porta, no lugar do Outeiro. No registo, possuía uma descrição com um excelente detalhe, “era fraco, e não aleijado e tinha o cabelo louro”. Em 1873 são registados 2 expostos, uma criança chamada Emílio Maria, que foi dado a “crear” a

²⁹ LOPES, Maria Antónia, “Mães solteiras entre a repressão ...”, cit., pp. 37-54.

Cecília de Jesus, mulher de José da Fonseca, e Luís, que foi encontrado por Luís Alves à sua porta às 4h no dia 7 de junho de 1873.

Apesar de a taxa de ilegitimidade ser considerável, é preciso realçar o facto de desconhecemos o número certo de crianças expostas em Santa Ovaia durante um longo período de 41 anos, apenas sabemos da existência de 6 até 1873, o que significa que mais nenhuma criança voltou a ser expostas na freguesia³⁰. Não sabemos o que contribuiu para isto, embora seja fortemente provável que a influência do instituto das intimações femininas, realizadas sobretudo na metade do séc. XIX, e que se fizeram regularmente no distrito de Coimbra desde 1852, tenham tido um papel importante para a redução desta prática. Entre o ano de 1852 e 1866 em Oliveira do Hospital as autoridades administrativas intimaram 740 mulheres (uma média anual de 49,33). Tratava-se de uma ação repressora muito presente nos quotidianos populares e nas vidas familiares e privadas, que visava combater o infanticídio e o abandono de menores³¹. Contudo, estas intimações podem apenas ajudar a explicar os valores até 1866, não explicando a ausência de expostos depois de 1873. Como referimos, em Coimbra a Roda fechou em 1872, passando desde então o abandono de crianças, que ainda subsistiu, a fazer-se às portas ou nos caminhos. Em Santa Ovaia tal não aconteceu após 1873 (sem contarmos com 1889).

2.6. Intervalo entre o nascimento e o batismo

O batismo foi e é imprescindível para os cristãos, sendo um ritual com o propósito principal de introduzir as crianças na comunidade cristã, concedendo a entrada no paraíso às que morriam prematuramente, e servindo como lenitivo aos seus pais. Este consolo era especialmente importante porque se tratava de uma época com uma taxa de mortalidade alta, e sem batismo as crianças não poderiam ser enterradas em solo sagrado³². Existia uma grande preocupação dos pais e entidades religiosas para que o batismo fosse realizado com a maior brevidade possível.

O intervalo máximo entre o nascimento e o batismo estava estipulado em oito dias após o nascimento. No seio da aristocracia, durante o século XIX os batizados deveriam

³⁰ Como foi referido anteriormente, não temos informações relativas a 1889. O que nos impossibilita de confirmar com totalidade a veracidade destes valores.

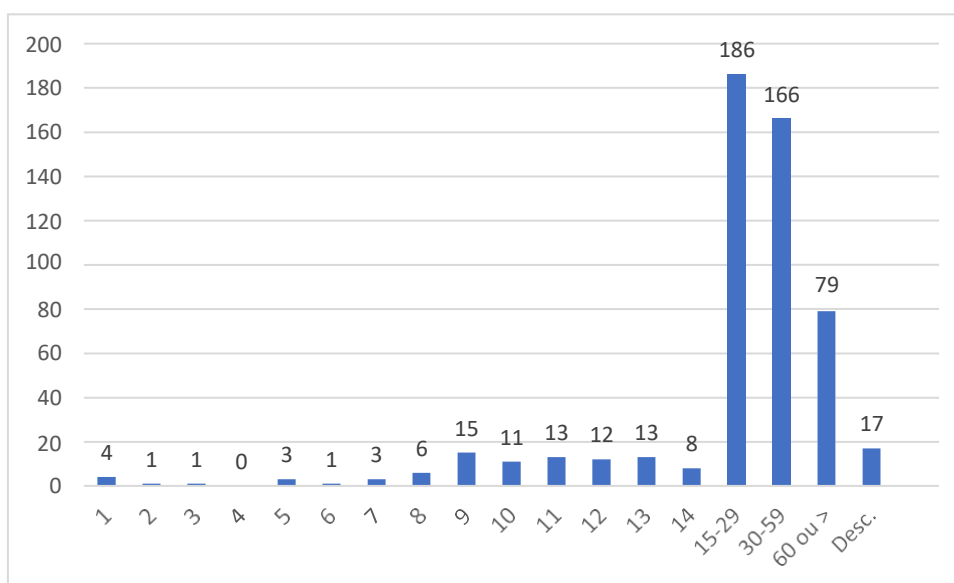
³¹ SOUSA, Paulo Ricardo Oliveira, *Mulheres intimadas...*, cit., p.8

³² ALMEIDA, Francisca Pires de “*Felizes os que morrem “anjinhos”*”: *Batismo e morte infantil em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, *Erasmus: Revista de História Bajomedieval y Moderna*, nº 2, 2015, p. 43.

ser realizados o mais tardar quarenta e oito horas depois do nascimento³³. Com o tempo, os hábitos foram mudando, e talvez por uma questão monetária, os batismos foram-se atrasando, especialmente nos finais do século XIX. No Baixo Alentejo, também nos finais do século XIX e inícios do XX, assim como no Algarve e Estremadura, podia atrasar-se um ano³⁴. Mas já nos finais do século XVIII temos conhecimento que, por exemplo, em Bemposta (Abrantes), 62,1% das crianças foram batizadas depois do prazo estabelecido³⁵.

Quanto tempo demoravam as crianças em Santa Ovaia a ser batizadas? Analisemos o gráfico 3.

Gráfico 3. Intervalo em dias entre o nascimento e o batismo (1860-1900)



Dos 539 batismos em apreço (porque os 6 expostos não podem ser incluídos nesta análise), apenas 19 das crianças foram batizadas nos primeiros 8 dias de vida. Entre os 9 e os 14 dias, apenas 72. Já o número de crianças batizadas entre 15 ou mais dias, chegando a ultrapassar bem mais de 60 dias, foi de 431, valores altos. Foi impossível saber a idade de 17 neófitos porque os registos se encontram em mau estado de leitura, sobretudo devido a borrões de tinta. Em média, os progenitores demoraram cerca de 23 dias para batizar os seus filhos na década de 1860, mas na de 1890 registou-se quase o dobro: 43 dias. Valores altos, tendo em consideração o artigo 32º do decreto de 28 de novembro de 1878, onde se estipulou uma data limite de 30 dias para o registo dos recém-nascidos,

³³ LOPES, Maria Antónia, *As grandes datas da existência...*, cit., pp. 157.

³⁴ LOPES, Maria Antónia, *As grandes datas da existência...*, cit., pp. 158.

³⁵ LOPES, Nádía, *Natalidade e mortalidade na...*, cit., p.46.

bem como a entrega aos párocos da tarefa de registo da maioria da população, limitando aos administradores de concelho os atos de registo civil respeitantes a população não-católica.

Quais os fatores que contribuíram para isto? Será que foi por simples descuido por parte da população para com as regras impostas? Parece pouco provável. Será que foi a distância entre o local da residência e a igreja? Também nos parece muito pouco provável porque as famílias eram locais, na sua maioria, sendo as povoações mais longínquas Malhadas e Cortinhais, que apesar de “escondidas”, eram de relativo fácil acesso, mesmo no século XIX. Podia ainda encontrar-se uma explicação para este comportamento na falta de dinheiro para a celebração do batismo. A maioria dos batismos é de filhos de pessoas com poucas posses. Porém, outra hipótese provável, parece ser a de que a sociedade santovaense da época era constituída maioritariamente por homens cuja profissão era a de pedreiro, e que, como referi anteriormente, se deslocavam para localidades distantes para exercer a profissão. Parece-nos muito plausível que estes números inusitados do distanciamento temporal entre nascimento e batismo se deva ao facto de os pais se encontrarem fora durante grandes períodos e as celebrações só serem realizadas quando estes chegassem a Santa Ovaia.

Capítulo III

Casar em Santa Ovaia

Analisado o batismo, passamos para o casamento. O casamento é um ritual de passagem que perdura até agora e que, na época em questão, se apresentava ainda mais importante. O objetivo deste capítulo é construir um estudo sobre a nupcialidade, tendo como fonte os registos paroquiais do mesmo período utilizado para os batismos, de forma a obter dados sobre a sazonalidade das celebrações e, ainda, sobre a idade média dos nubentes.

Quanto à estrutura dos registos, estes encontram-se completos e possuímos dados sobre o dia da celebração do matrimónio, o nome dos nubentes (sempre primeiro o marido e depois mulher), informação sobre a existência de impedimentos canónicos (caso os houvesse), idade de ambos, existência ou não de filhos, naturalidade, filiação, testemunhas do ato e, por fim, a assinatura do pároco. O único dado que revela mais fragilidades é a profissão dos nubentes, que raramente é colocada nos registos. Com base nestas informações, iremos determinar os ritmos anuais e mensais da nupcialidade, avaliar a mobilidade geográfica dos noivos, a idade com que contraíam matrimónio, entre outras variáveis.

Primeiramente, é importante efetuarmos algumas considerações sobre o conceito de casamento e como este era realizado durante o período em causa. A melhor informação que possuímos sobre este tema é-nos fornecida por Maria Antónia Lopes no seu estudo “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos”. O casamento funcionava, geralmente, como uma forma de sobrevivência social e económica. Raramente se prendia com questões sentimentais, mas quando tal acontecia, era comum ser entre elementos das camadas superiores da sociedade; porém, esta questão da ausência de afeto entre os noivos começava a ser posta em causa durante o século XIX³⁶. A idade mínima para o casamento era de 14 anos para rapazes e de 12 para raparigas, embora poucos portugueses casassem tão jovens. Casar representava para a mulher uma mudança

³⁶ LOPES, Maria Antónia, “As grandes datas da existência...”, cit., p. 164.

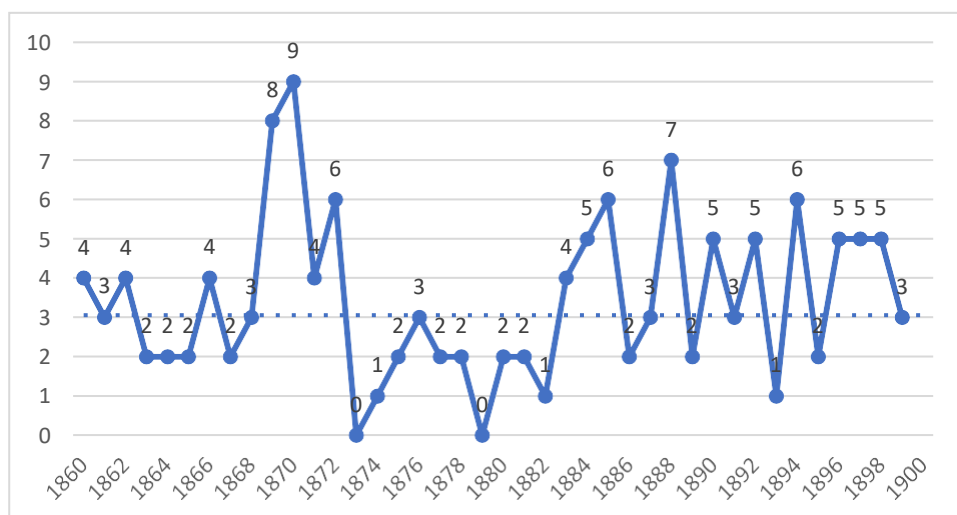
de tutela, que obrigava ao respeito e obediência ao homem que se tornava seu marido³⁷. Outro facto interessante é referente ao uso dos sobrenomes após o casamento. Em Portugal e Espanha, o “nome de casada” só passou a ser usado nos finais de oitocentos por mimetismo de usos europeus nas elites e, ao longo do século XX, a passo a passo, pelo país fora³⁸.

Por imposição da Igreja, existiam alturas do ano em que a celebração do casamento era desaconselhada, como na Quaresma e no Advento à Epifania (6 de janeiro)³⁹. Quanto ao dia da semana, em Portugal, poucos escolhiam casar à quarta, quinta, sexta e sábado. Os restantes dias da semana eram os mais “cobiçados” para casar. No caso de Santa Ovaia, e tendo como referência a influência que as profissões dos maridos desempenharam nos restantes sacramentos, será que também os casamentos foram condicionados pelos trabalhos agrícolas ou pela ausência dos maridos pedreiros que trabalhavam às temporadas em sítios distantes?

3.1. Ritmos anuais

Durante o período em estudo, realizaram-se em Santa Ovaia 137 casamentos (excluindo o ano de 1900, pois os registos estão desaparecidos).

Gráfico 4. Distribuição anual dos casamentos (1860-1899)



³⁷ LOPES, Maria Antónia, “As grandes datas da existência...”, cit., p. 163.

³⁸ LOPES, Maria Antónia, “As grandes datas da existência...”, cit. p. 163.

³⁹ BARATA, Ana Margarida, *Práticas Matrimoniais na Freguesia de Serpins (1630-1729)*, Coimbra, Tese de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016, p. 24.

Tendo em conta o gráfico n.º 4, verifica-se a existência de quebras e picos ao longo dos anos, com uma tendência geral para uma subida, ainda que contida. O número máximo de casamentos é atingido em 1870, um total de 9 casamentos, enquanto os mínimos se verificam em 1873 e 1879, sem nenhum matrimónio realizado, conclusões retiradas porque para o ano de 1873 não temos nenhum registo de casamento, e, para 1879 o pároco teve o cuidado de escrever: “Não houve sacramento do matrimónio neste ano que jurei servir”.

Entre 1860 e 1873, as variações são mais acentuadas. Entre 1873 e 1878 registou-se uma subida pouco significativa, que viria a ser quebrada no ano de 1879, em que não se celebrou nenhum casamento. É sobretudo a partir de 1881 que registamos uma maior variação dos dados, com uma subida acentuada dos casamentos até 1885. Nos anos seguintes, registaram-se oscilações no número de casamentos celebrados sem nunca excederem os valores analisados em anos anteriores. Notamos que nos anos em que se registaram menos casamentos oscilavam entre 1 e 3, enquanto nos restantes se mantinham pelos 5, salvo raras exceções em que se celebraram 6 e 7 casamentos. Este foi o terceiro valor mais alto encontrado, face aos 9 casamentos celebrados em 1870 e 8 em 1869.

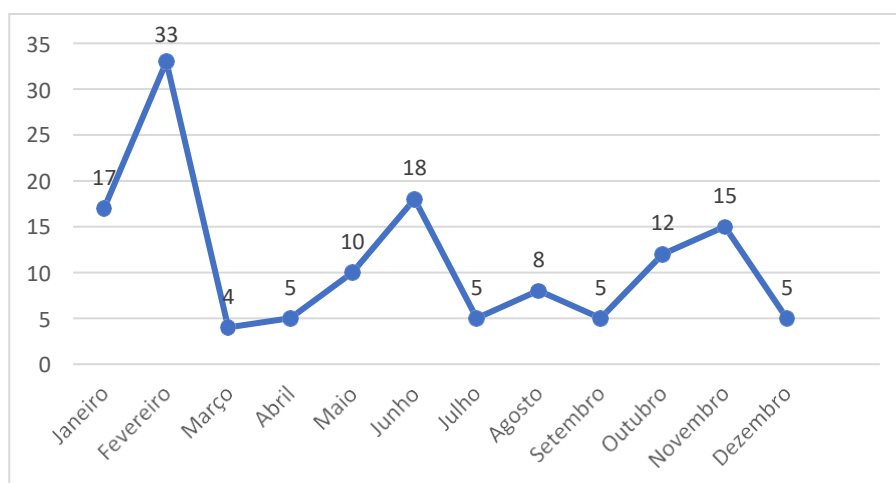
Existem várias possibilidades que explicam estes valores, como o facto de a população de Santa Ovaia ser bastante reduzida em comparação com as restantes 20 freguesias de Oliveira do Hospital. Santa Ovaia era a segunda freguesia com menos população quando se realizaram os Censos de 1864, tendo apenas 386 habitantes. Em 1878 já era a 3ª mais pequena com 439 habitantes, tendo registado uma descida. Em 1890, contabilizando 406, voltou a ser a 2ª freguesia mais pequena, posição que manteve até pelo menos 1900, data do último censo referente ao nosso estudo, contando com uma população de 502 habitantes. Apesar da maioria das pessoas se encontrar na faixa etária entre os 11-50 anos, o facto de a população ser reduzida influenciou o número de casamentos realizados. Sabemos que também voltaram a casar 13 homens e 9 mulheres, constituindo 16% do total de casamentos celebrados durante o nosso estudo, e apenas 1 nubente dos 137 casamentos realizados casou tendo dois filhos de um casamento anterior.

3.2. Ritmos sazonais

Com base em outros estudos, sobretudo referentes aos finais da Época Moderna, os padrões gerais europeus revelam que os meses com um maior registo de casamentos eram janeiro, fevereiro e novembro, e os meses em que se registavam menos, eram março, abril e dezembro⁴⁰. Através do gráfico 5, observamos que o mesmo acontecia em Santa Ovaia. Em março celebraram-se apenas 4 casamentos, e em abril e dezembro, 5. É possível explicar estes valores devido aos impedimentos impostos pela Igreja, que considerava o período do Advento à Epifania, e a Quaresma, como épocas de penitência, portanto a folia derivada da realização de um matrimónio e a própria atividade sexual deveriam ser evitadas. Dezembro pode também ter sido evitado por simples motivos meteorológicos, para além do interdito canónico. É uma altura do ano em que o clima é severo, os dias são mais curtos e o mês onde o impedimento se torna mais longo (quatro semanas antes do Natal), coincidindo praticamente com o mês todo.

Contudo poderia haver exceções da mais variada ordem, como doenças perigosas ou até mesmo a noiva estar de esperanças, que obrigavam a apressar a realização da cerimónia. Caso um casal se encontrasse numa vida conjunta sem nenhum sacramento do matrimónio (amancebado), e um deles estivesse doente, podia pedir ao pároco para casar, e assim evitar morrer em pecado. Estes casos raros, mas especiais, revelavam não só a preocupação religiosa que se sentia na época, como a própria importância do casamento.

Gráfico 5. Número de casamentos por mês (1860-1899)



⁴⁰ LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, 1983.

Tendo o gráfico número 5 como referência, conseguimos apurar que em Santa Ovaia, entre 1860 e 1899, fevereiro é, de longe, o mês em que se realizaram mais casamentos, perfazendo um total de 33. Tendo em conta os padrões europeus e português, janeiro e novembro deveriam ser também meses ricos em celebrações, e pelos dados que dispomos, Santa Ovaia não fugiu muito à regra, apesar de serem apenas o terceiro e o quarto mês em que mais matrimónios se realizavam.

Depois de fevereiro, mas com muito menos ocorrência, surgem os meses de junho e de janeiro. Os números que possuímos para março, abril e dezembro podem ser explicados pelos impedimentos religiosos impostos pela Igreja, que, como já referimos, eram do Advento à Epifania, e durante a Quaresma, conforme está explícito nas Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra, que possuíam raízes na Época Moderna⁴¹. Maria Aurora Rego diz-nos que os cumprimentos destes períodos de impedimento religioso foram aceites e respeitados, salvo exceções, até 1829, na paróquia de Gontinhães⁴². Não é, portanto, de estranhar, que tais procedimentos tenham sido seguidos na freguesia de Santa Ovaia, que, como sabemos, não era muito desenvolvida, e vivia sobre uma forte influência religiosa.

Uma possível explicação para outros mínimos encontrados, em julho-setembro, deve estar relacionada com razões de natureza laboral. É durante os meses de verão que o número de casamentos tem tendência para cair devido aos trabalhos agrícolas, o que também aconteceu em Santa Ovaia. Os casamentos crescem depois da Páscoa, em maio e junho, o segundo mês onde se registou o maior número de casamentos. Depois, regista-se um decréscimo bastante significativo, porventura fruto do início dos trabalhos agrícolas mais intensos, retomando o crescimento em outubro. Em setembro/outubro faz-se a vindima, e em julho, agosto e setembro apanhavam-se as batatas, feijão e o milho. Já os antigos diziam: *A formiga colhe no Verão, para descansar no inverno*. Para além de ser uma atividade da qual dependia a sobrevivência de muitos, os próprios rituais agrícolas revestiam-se de uma certa "ritualidade", que se pode sentir até hoje. Eu, apesar

⁴¹ *Constituições synodales do Bispado de Coimbra*, impressas por ordem do Ilustrissimo Senhor Dom Afonso de Castel Branco, segunda impressão, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1731. pp.71-72.

⁴² REGO, Maria Aurora Botão Pereira do, *De Santa Marinha de Gontinhães e Vila Praia de Âncora (1624-1924) - Demografia, Sociedade e Família*, Braga, Tese de Doutoramento em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2012, p.72.

de jovem, ainda participei nestes trabalhos agrícolas com a minha falecida avó paterna, que sempre seguiu à risca os rituais que lhes foram ensinados pelos antepassados.

Durante os meses de março e abril registaram-se 4 e 5 casamentos, respetivamente. É provável que, além das condicionantes religiosas, estes valores se devam ao facto de se tratar dos meses de sementeira, altura em que eram semeados as batatas e o trigo. Novembro assinalava um aumento nas celebrações. Era uma época trabalhosa, altura em que se fazia o vinho, mas havia que aproveitar estes dias antes do interdito do Advento. Relembramos que, segundo o padrão europeu, era um dos meses em que se celebravam mais casamentos. Em Santa Ovaia foi o quarto mês do ano com mais celebrações.

Para concluir, com o gráfico n.º 5 vemos que, após março e abril, os números disparam em maio e junho. É uma tendência compreensível precisamente porque são os meses onde não existia nenhum impedimento. Apesar de outros estudos considerarem que maio poderia ser um mês mau, especialmente em termos financeiros, em Santa Ovaia verificou-se um aumento do número de casamentos face ao mês de abril.

António de Oliveira, apesar de se centrar nos séculos XVI e XVII, confirma que para as paróquias da cidade de Coimbra, os meses com mais casamentos são janeiro, fevereiro e maio, e os meses com menos são março, abril e dezembro⁴³, tal e qual como se vê em Santa Ovaia e cuja explicação já foi adiantada. O autor diz-nos que estes máximos e mínimos são variáveis perante alguns fatores, tais como o ambiente urbano e o ambiente rural. Neste, após os números elevados de maio, os valores de junho e julho decaem, devido aos trabalhos agrícolas, como já vimos, aumentando, novamente, nos quatro meses seguintes: agosto (12%), setembro (11%), outubro (10%) e novembro (10%). A mesma queda registada em março e nos primeiros meses de verão torna a observar-se em dezembro, atingindo novamente o pico em janeiro e fevereiro.

A vida agrícola estava, de facto, interligada em todos os aspetos com a nupcialidade das gentes rurais, durante a Época Moderna. O nosso estudo, porém, reporta-se à segunda metade do século XIX, um facto que nos leva a concluir que em Santa Ovaia

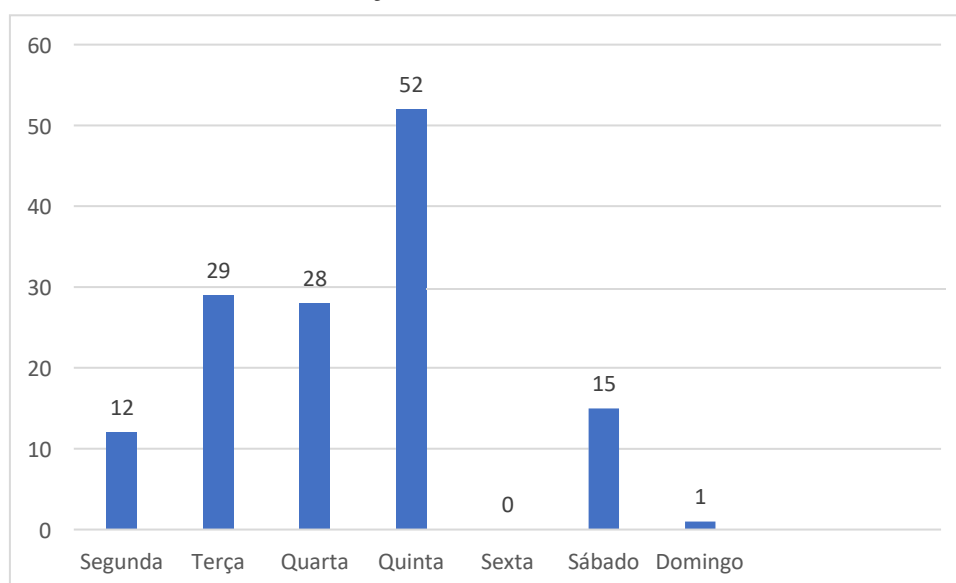
⁴³ OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972, pp. 200-206.

se prolongaram no tempo comportamentos demográficos e os seus condicionalismos de ordem religiosa e socioeconómica, tal como sucedeu também em Soure⁴⁴.

3.3. Ritmos semanais

Analisemos agora o gráfico n.º 6, referente à distribuição semanal dos casamentos na freguesia. Será que Santa Ovaia seguia a mesma tendência que os restantes estudos elaborados para Portugal e para o resto da Europa?

Gráfico 6. Distribuição semanal dos casamentos (1860-1899)



Como vimos no capítulo 1, no universo europeu da época moderna, casava-se de preferência à segunda e à terça-feira, e os dias menos escolhidos eram a sexta, a quarta e a quinta-feira. Em Santa Ovaia, e através do gráfico número 6, percebe-se que os dados encontrados não são em nada semelhantes aos restantes estudos.

O dia com mais celebrações foi quinta-feira, um dia menos predileto para contrair matrimónio, tendo em conta outros estudos, seguido de terça e quarta-feira, o que nos leva a concluir que Santa Ovaia fugia ao padrão. Por outro lado, notamos uma fuga total à sexta-feira e ao domingo. Sabemos que fugir à sexta era considerado algo natural, porque

⁴⁴ PIMENTA, Fernando Tavares, *Soure Família, Matrimónio e Sociedade*, Coimbra, Areias do Tempo, 2009. p. 29.

apesar de fazer um estudo focado no Antigo Regime, François Lebrun lembra que era considerado um dia nefasto, que lembrava a morte de Cristo⁴⁵. O consumo de carne neste dia estava proibido, e realizar uma boda (momento de festa e de abundância) sem carne, especialmente numa época em que esta era uma refeição pouco usual, não era o mais apetecível, logo não é uma tendência injustificada. É, ainda assim, interessante notar que isto era uma prática muito comum durante o Antigo Regime, o que mais uma vez evidencia a mentalidade que imperava na freguesia de Santa Ovaia⁴⁶. Supostamente, os dias de semana (com exceção de terça e sexta-feira), não deveriam ter muitas celebrações, pois estavam, em princípio, reservados para o trabalho. Existia uma preferência pelo domingo, este não só era dia do Senhor, como também um dia em que as pessoas não trabalhavam, todos iam à missa, tornando-se mais fácil celebrar o casamento e reunir as pessoas.

Assim, entre o juntar dinheiro suficiente para fazer um casamento em condições (visto tratar-se de pessoas com poucas possibilidades) e o medo de superstições, encontramos diversas possíveis explicações que justificam valores tão diferentes para Santa Ovaia.

3.4. Mobilidade nupcial

Através do capítulo anterior, conseguimos ter uma ideia da escolha dos anos, meses e dias para casar na freguesia de Santa Ovaia. De seguida, interessa tratar a mobilidade nupcial dos noivos na freguesia, entre 1860 e 1899. O estudo da naturalidade dos nubentes permite-nos determinar os níveis de endogamia/exogamia geográfica, quais as paróquias de proveniência dos noivos e, se elas forem diferentes, qual a distância que as separava e se o casamento se realizava preferencialmente na freguesia da noiva ou do noivo⁴⁷.

Como foi referido anteriormente, analisamos um total de 137 casamentos, realizados na Igreja da Nossa Senhora da Expectação. Vejamos, agora, que mobilidade se detetou, através da análise da tabela número 3.

⁴⁵ LEBRUN, François, *A Vida Conjugal no Antigo... cit.*, p. 47.

⁴⁶ CALLIER-BOISVERT, Colette, *Soajo entre Migrações e Memória. Estudo sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2004, pp. 113-117.

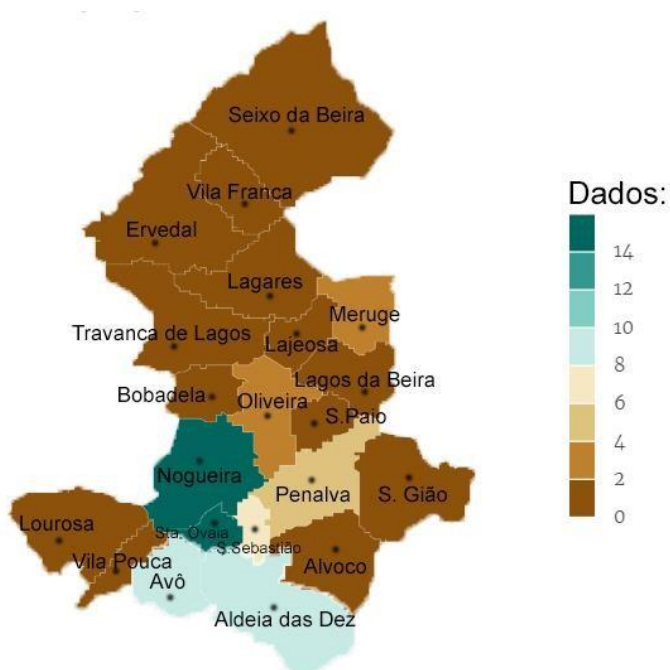
⁴⁷ HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, trad. Manuel Nazareth, Lisboa, Editora Gradiva, 1988, p.8.

Tabela 3. Endogamia e exogamia (1860-1899)

Situação	Casamentos
Noivos da mesma freguesia	39
Noivos de freguesias diferentes	95
Noivos com naturalidade desconhecida	3

Tendo por base diferentes estudos, a maioria dos noivos, sobretudo a partir dos finais da época Moderna, eram solteiros e da paróquia onde casavam. No entanto, eram os homens que vinham mais frequentemente de outras paróquias, normalmente de freguesias vizinhas, ou localidades distantes, para contrair matrimónio⁴⁸. No caso de Santa Ovaia, grande parte dos noivos que vieram de fora tinham a freguesia de Nogueira do Cravo como origem. Porém, para uma noção mais adequada destes valores, vejamos os dois mapas seguintes referentes à distribuição dos nubentes do concelho de Oliveira.

Mapa 3. Mobilidade geográfica dos noivos originários do concelho de Oliveira do Hospital (1860-1899)



Seia e o caso do Dr. João Martins, figura notável de Santa Ovaia, que viria para a freguesia para casar com D. Mariana Vaz Pato.

A tendência era a mobilidade nupcial ser mais frequente por parte do sexo masculino. Isto deve-se especialmente ao facto de se deslocarem, por exemplo, à procura de aprender ou exercer um ofício, uma vez que, nas raras vezes que acontece, se encontra nos registos nupciais a profissão de artesãos e criados. Contudo, é difícil confirmar todas as profissões dos nubentes, pois essa informação é dada poucas vezes, como referi no início do capítulo.

Conclui-se, pelos dados explicitados na tabela número 3, que a maioria dos casamentos se realizou entre pessoas de freguesias diferentes, representando 69% das uniões conjugais, 55,47% dos noivos eram provenientes de outras freguesias, em relação a 22,55% das noivas, logo a exogamia é maioritariamente constituída por mobilidade masculina.

Revela-se interessante analisar este dado da mobilidade nupcial porque, segundo vários historiadores, especialmente François Lebrun, nos séculos anteriores, os noivos eram escolhidos na própria paróquia ou numa contígua, sendo muito invulgar ultrapassar-se um raio de 10km. Esta endogamia, segundo explica Lebrun, é um forte sinal da comunidade rural já que “o casamento de um "estrangeiro" com uma "rapariga da terra" é sentido como um dano feito a toda a comunidade e particularmente aos rapazes novos”⁴⁹. Em Santa Ovaia, este comportamento mantinha-se na segunda metade do século XIX.

Grande parte da sua pequena população era constituída por habitantes em idade propícia para contrair matrimónio. Em média, os homens casavam aos 30 anos e as mulheres aos 27, valores que, embora ligeiramente mais altos, seguiam o comportamento existente no resto do país durante a mesma época em que se centra o nosso estudo (1860 e 1900): 28/27 anos era a idade média no primeiro casamento dos homens e 26/24 a das mulheres⁵⁰.

Se ainda quisermos uma comparação mais detalhada com os distritos próximos da paróquia, observamos que a idade média no primeiro casamento dos homens em Coimbra, Guarda e Viseu em 1890 permaneceu pelos 28 anos, valores menores que os da comunidade de Santa Ovaia em cerca de dois anos. Já nos que às mulheres diz respeito,

⁴⁹ LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo...*, cit., p. 35.

⁵⁰ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da população...*, cit., p. 396.

os valores não foram muito distintos, pois rondavam os 26 anos com a exceção do distrito da Guarda que se mantinha nos 25⁵¹.

Como se pode explicar uma idade média de casamento elevada entre a população de Santa Ovaia? O casamento tardio não era algo exclusivo da freguesia, verificando-se esta tendência um pouco por toda a Europa Ocidental: o “Padrão de Casamento Europeu”, designado pelo demógrafo Hajnal⁵².

3.5. Impedimentos ao matrimónio

Relativamente a impedimentos, no total de 137 casamentos analisados, apenas encontramos referência a quatro notas providenciadas pelos diferentes párocos sobre essa questão. Três deles eram sobre graus de parentesco existentes entre os nubentes (eram familiares em segundo e terceiro grau), e no restante, um dos nubentes era menor de idade.

Analisemos estes casos com mais atenção. Em 1871, Maria Augusta tentou casar, porém, por ser órfã de pai e menor (tinha apenas 20 anos e 9 meses), seria necessário apresentar um Alvará de Licença por parte do juiz dos órfãos e consentimento do conselho de família. Em 1832, o cargo de juiz de órfãos deu lugar aos chamados juízes da paz que detinham as mesmas funções, contudo, no registo de casamento ainda se faz referência ao juiz dos órfãos, o que pode, mais uma vez, evidenciar o relativo atraso no tempo da freguesia⁵³.

Os restantes casos de impedimento prendiam-se com graus de parentesco: em 1887, João Martins, estudante do quinto ano de Medicina casou com a D. Mariana Pinto, primos em 3º grau. O mesmo aconteceu em 1890 com Alberto Augusto César Calisto e Maria Adelaide da Fonseca e Sá, e em 1897 com Agostinho de Sousa e Maria da Piedade, todos estando dispensados do impedimento de parentesco. Infelizmente não temos os documentos para os conseguirmos estudar com mais detalhe.

⁵¹ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da população...*, cit., p. 396.

⁵² PIMENTA, Fernando Tavares, *Sobre Família, Matrimónio...*, cit., p.30., p.30.

⁵³ <https://pesquisa-arquivo.cm-pontedelima.pt/details?id=11471>. Último acesso a 17/02/2021

Capítulo IV

Morrer em Santa Ovaia

Iniciemos agora o estudo da mortalidade na paróquia de Santa Ovaia, entre 1860 e 1900, procedendo a uma análise dos indicadores clássicos como o movimento anual e sazonal de óbitos, saldo fisiológico, mortalidade por sexos e relação de masculinidade ao óbito, entre outros. Após 1860, sobretudo, e em anos normais, a taxa de mortalidade da população portuguesa situava-se entre 21‰ e 24‰. Em anos de crise demográfica, estes valores podiam subir até 28‰ ou 29‰, podendo alcançar valores superiores a 30‰, durante anos de crise aguda⁵⁴. Apesar destes números, Rui Cascão revela que, tendo em conta o contexto europeu, a taxa bruta de mortalidade portuguesa “não era muito má”.

Para muitos historiadores e demógrafos, a mortalidade é vista como a variável reguladora do crescimento das populações europeias do passado. Nesta perspetiva, Livi-Bacci reafirma a inegável importância das crises de mortalidade como elemento controlador do crescimento demográfico, regulando a evolução demográfica ao longo de vários séculos⁵⁵.

Ao analisarmos os diferentes estudos alusivos à mortalidade, e quando nos concentramos no seu estudo por grupos etários, apercebemo-nos rapidamente do peso que a mortalidade infantil e juvenil possuía. A mortalidade infantil reflete o nível de progresso das populações e a sua existência resultava de vários problemas, como a carência de alimentos provocada por maus anos agrícolas ou flagelos naturais, a deficiente rede de transportes e de distribuição de alimentos, a insalubridade de habitações, vestuário insuficiente e inadequado, a falta de apoio médico-sanitário às mulheres grávidas e crianças, entre outros⁵⁶. Com efeito, estas populações encontravam-se especialmente expostas a uma mortalidade endémica que, agravada em fases de epidemia (febres

⁵⁴ CASCÃO, Rui, *Demografia e Sociedade...*, cit., p. 369.

⁵⁵ REGO, Maria Aurora Botão Pereira do, *De Santa Marinha...*, cit., p. 161.

⁵⁶ LEITE, Odete Paiva Silva, *Vila Nova de Famalicão – de freguesia rural a urbana (1620-1960). Comportamentos demográficos e sociais*, Tese de Doutoramento em História em Especialidade de Demografia Histórica, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2013, p. 276.

tifoides, varíola ou cólera), atingiam principalmente os indivíduos mais desfavorecidos e/ou os que trabalhavam sem grandes condições de segurança e higiene⁵⁷.

Tal como no presente ano de 2020 e 2021, em plena pandemia da covid-19, os indivíduos que emigravam poderiam ainda atuar como veículos transmissores de patologias virais aquando do seu retorno à paróquia e ao seio familiar, resultando numa propagação da doença, que, como referi, mais fácil e rapidamente atingia os mais desfavorecidos. Como seria de esperar, as crises de mortalidade acabavam por provocar crises demográficas mais agressivas do que as demais variáveis.

Um dos principais objetivos no nosso estudo sobre a mortalidade em Santa Ovaia, era identificar as causas das mortes, que podem ajudar-nos a compreender as condições de vida da população ou que estas faziam no seu dia-a-dia. No entanto, apesar do desejo, a informação sobre as causas de morte é praticamente inexistente, pelo que não nos foi permitido tirar grandes conclusões. Quando indicadas, eram pouco explícitas e reportavam-se, na sua maioria, à necessidade de justificar o porquê de os defuntos não terem recebido os últimos sacramentos. As razões apresentam-se generalistas e as poucas causas apontadas são: morte por afogamento (3 casos), falecimento repentino (1) e morte por intoxicação de etanol durante uma vindima (2 casos, pai e filho).

4.1. Movimento anual de óbitos e a sobremortalidade

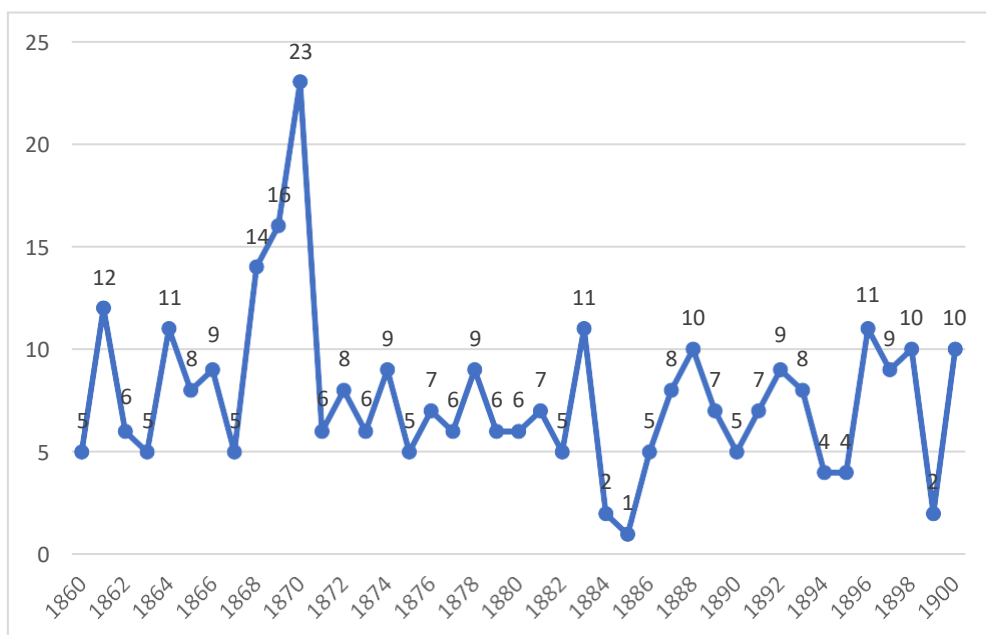
Entre 1860 e 1900, morreram em Santa Ovaia 317 indivíduos. Destes, 167 eram do sexo masculino, e 150 do sexo feminino.

A mortalidade não se distribuiu uniformemente ao longo dos anos estudados. De modo a compreender o que aconteceu entre 1868 e 1870, quando se registaram os maiores picos de mortalidade, procurámos encontrar uma possível explicação para estes valores.

Tal como noutros séculos, no Portugal oitocentista, existiram picos de mortalidade bastante frequentes, cuja maior ou menor intensidade chegou a inverter o sentido positivo dos saldos fisiológicos. Apesar de terem origens, efeitos e cronologias diferentes, as crises de mortalidade apresentaram características semelhantes.

⁵⁷ FERNANDES, Milene dos Anjos, *A População de Priscos entre os séculos XVI e XX. Estudo Demográfico*, Braga, dissertação de Mestrado em História, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2015, p. 65.

Gráfico 7. Óbitos totais (1860-1900)



A famosa trilogia "peste, fome e guerra" regulou, em parte, o quotidiano da população de oitocentos, apesar de apresentar moldes diferentes dos de épocas anteriores. A guerra foi perdendo primazia nesta trilogia fatídica, especialmente após 1834, com o fim da guerra civil portuguesa, não obstante a existência de conflitos posteriores entre Cartistas e Setembristas como a guerra da Patuleia, que durou 8 meses. A peste, devendo-se entender qualquer epidemia, acabaria por ser a causa principal que levou às diferentes oscilações na demografia portuguesa. A subida anormal de óbitos esteve em geral associada a doenças contagiosas que fustigaram o país no século XIX⁵⁸.

Oliveira do Hospital, durante esta centúria, foi atacada por duas doenças diferentes: em 1856, pela cólera, e no ano de 1866 (até pelo menos 1870), pela febre tifoide, em duas ocasiões distintas. A primeira fase foi de 1866 a 1867 e afetou sobretudo as freguesias de Lagos e Meruge, que se encontram no extremo oposto de Santa Ovaia. A segunda vaga atacou sobretudo a freguesia de Penalva, paróquia fronteiriça de Santa Ovaia⁵⁹. Apesar de não possuímos informação direta sobre os casos em Santa Ovaia, não

⁵⁸ BIDEAU, Alain, "Mecanismos autorreguladores das Populações Tradicionais", in MARCÍLIO, Maria Luíza (org.), *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 47.

⁵⁹ ROQUE, João Lourenço, "Epidemias no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)", separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 2000, pp. 129-130.

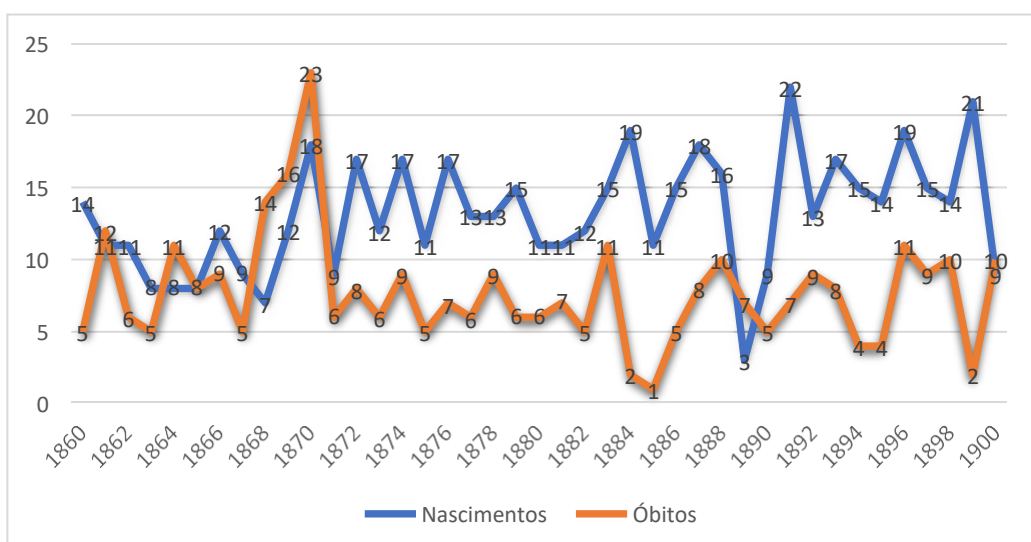
deixa de ser interessante observar que o pico da mortalidade na freguesia foi atingido precisamente entre os anos de 1868, 1869 e 1870, três anos que coincidiram com a existência da febre tifoide na freguesia vizinha.

Em 1868 e 1869, averiguou-se um total de 14 e 16 óbitos, respetivamente, contudo, é em 1870 que é registado o maior número de óbitos (23). Como referi anteriormente, tentei procurar uma resposta lógica para esta alteração repentina, e apesar de não ter dados concretos, podemos conjeturar, com relativa segurança, que a febre tifoide sentida no concelho foi a principal culpada para estes valores anormais e isolados. Esta suposição ganha ainda mais força se nos recordarmos que em 1870 Penalva do Alva foi fustigada pela doença.

São ainda de salientar os valores de 1871, com apenas 6 mortes, um decréscimo de 17 óbitos de um ano para o outro, o que revela uma completa recuperação sanitária da freguesia, registando-se a partir de então uma grande estabilidade.

4.2. Saldo fisiológico

Gráfico 8. Movimento anual da mortalidade e natalidade (1860-1900)



Ao compararmos a evolução das duas variáveis registadas nos livros paroquiais, representadas no Gráfico 8, verificamos que, entre 1860 e 1870, existiram algumas diferenças entre os dados obtidos referentes aos nascimentos e óbitos. Só a partir de 1871, e até à fase final do nosso estudo, é que a vida se sobrepôs à morte. Em 1889, porém, tal não se verificou. Contudo, isso deveu-se à forte redução do número de nascimento e não

porque a mortalidade tivesse aumentado. Podemos concluir que, depois da grave crise de 1870, o crescimento natural da população foi constante.

Tabela 4. Saldo fisiológico por décadas (1860-1899)

Décadas	Batismos	Óbitos	Saldos
1860-1869	100	91	9
1870-1879	147	85	62
1880-1889	128	62	66
1890-1899	159	69	90
Total	534	307	227

Os dados apresentados por decénios na Tabela 4 permitem depreender que o saldo fisiológico se apresentou sempre positivo, embora tenha sido muito ténue na década de 60. Registou um aumento progressivo nas restantes décadas, ainda que tenha sido um crescimento leve nas de 70 e 80. Na década de 90, assinalou-se um aumento acentuado comparativamente aos três decénios anteriores.

Tendo em conta estes dados, concluímos que, numa perspetiva geral, na freguesia de Santa Ovaia, entre 1860 e 1870, a vida e a morte apresentavam valores semelhantes, mas a partir daí, apenas com a divergência de 1889, os nascimentos sobrepuseram-se claramente.

4.3. Mortalidade segundo o sexo e o estado conjugal

Como referi no início do capítulo, durante o período em estudo faleceram na freguesia 317 indivíduos, 167 do sexo masculino (52,68%) e 150 do sexo feminino (47,32%).

Com base na repartição dos óbitos registados segundo o sexo, calculamos o índice de masculinidade à morte. Este dado permite-nos conhecer o número de óbitos de pessoas do sexo masculino por cada cem do sexo feminino. Morreram, na paróquia que nos diz respeito, em valores arredondados, 111 homens por cada 100 mulheres, valores que se enquadram no padrão ocidental e português da época.

Observemos a Tabela 5 que mostra a distribuição dos óbitos segundo o estado civil para os anos em estudo, 1860 a 1900. Para o cálculo dos sujeitos solteiros excluímos todos os menores de 21 anos, que eram 138.

Tabela 5. Mortalidade segundo o estado civil (1860-1900)

Solteiros	Casados	Viúvos	Total
88	35	56	179

Segundo os valores apresentados na tabela número 5, concluímos que houve um número maior de óbitos de sujeitos solteiros (49,16%), um número mais elevado do que de viúvos (31,29%). A percentagem mais reduzida foi, sem dúvida, os óbitos cujo estado civil era de casado, sendo estes apenas (19,55%) dos 179 contabilizados para este estudo.

Tendo em conta estes valores referentes à mortalidade segundo o estado civil, interessa também procurar saber qual os valores de celibato definitivo existentes na freguesia, uma variável bastante importante que pode colocar em causa os níveis da fecundidade de uma população. Para determinar esses valores, separamos os óbitos solteiros com 50 ou mais anos de idade, como é visível na tabela número 6.

Tabela 6. Celibato definitivo (1860-1900)

	Óbitos totais	Óbitos sol >49	Cel. Def
Masculino	64	6	9,4%
Feminino	71	9	12,7%

Ao observarmos os valores encontrados, constata-se que a proporção de mulheres solteiras é mais elevada do que a dos homens na mesma situação, com 12,7% contra 9,4%.

Portugal apresentava taxas de celibato altas em relação às do resto da Europa, apesar de se ter registado um decréscimo na segunda metade do século XIX. A Europa tinha valores de 7,3% a 10,9%, enquanto Portugal tinha 13% para os homens e 21% para as mulheres⁶⁰. Regra geral, existia uma tendência para a taxa de celibato feminino ser mais elevada do que a masculina. Os valores mais altos registavam-se no Norte do país:

⁶⁰ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da população...*, cit., p. 394.

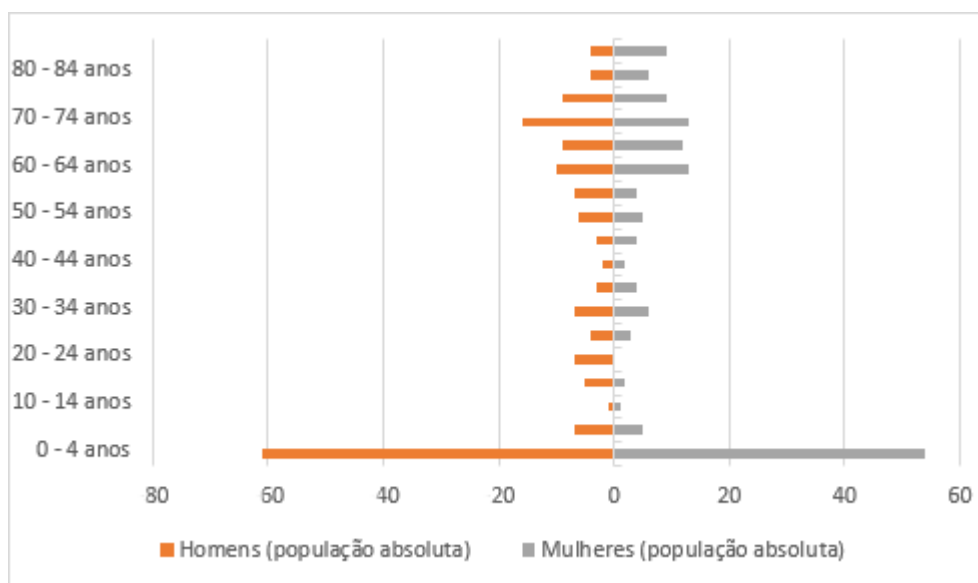
em 1864, Braga tinha uma taxa de celibato masculino e de 28% feminino; no mesmo ano, o Porto apresentava taxas semelhantes (15% masculina e 25% feminina). Já no Centro, em 1890, os valores, apesar de altos e semelhantes, eram menores, com Coimbra a registar taxas de celibato de 12% no que aos homens diz respeito e 22% às mulheres e em Viseu de 16% e de 26% respetivamente. No distrito da Guarda a incidência do celibato era menos, sobretudo nas mulheres, com 17%, sendo de 11% nos homens. No Sul, Faro já apresentava taxas mais reduzidas de celibato feminino, apenas de 10%, sendo o dos homens de 12% para os homens⁶¹.

No caso de Santa Ovaia, a taxa de celibato feminino não era alta, tendo em conta os valores existentes em regiões próximas durante a mesma época, especialmente as do distrito de Coimbra, de Viseu e até da Guarda. Apesar desses valores menores, revela-se uma tendência ligeira para a dificuldade de acesso ao casamento por parte das mulheres santovaenses.

4.4. Mortalidade por grupos etários

Analisados os valores sobre a mortalidade segundo o estado civil, é da maior importância fazermos um breve estudo sobre o impacto que a morte teve em todas as diferentes estruturas etárias da freguesia, mesmo que alguns dados estejam incompletos.

Gráfico 9. Pirâmide etária dos óbitos (1860-1900)



⁶¹ RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da população...*, cit., pp. 393 e 394.

Apesar de não termos as idades de cerca de mais de meia dúzia de defuntos, ao analisar a mortalidade por grupos etários e sexo, de 1860 a 1900, confirmamos a existência de um elevado fosso entre os óbitos registados na freguesia durante o estudo. Há uma elevadíssima concentração de óbitos com idades compreendidas entre os 0 e 4 anos, 115 óbitos em números exatos: 61 crianças do sexo masculino e 54 do sexo feminino. Estes 36,28% dos óbitos compõem a maior fatia registada em todo o tempo a que o nosso estudo se reporta. O segundo maior valor encontra-se nos óbitos com idades compreendidas entre os 70 e os 74 anos, mas com apenas 29 no total, valores significativamente menores quando comparados com os com os de 0 a 4 anos.

Em termos gerais, a mortalidade foi seguindo um comportamento relativamente proporcional, com altos e baixos: registou-se uma quebra nos óbitos com idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos, voltando depois a registar um aumento que foi diminuindo, e voltando a afunilar à medida que nos aproximamos do topo da pirâmide etária. É importante também salientar que foram raras as ocasiões em que os óbitos femininos se sobrepuseram aos masculinos, mas estes nunca se distanciaram por valores muito mais elevados do que os registados para o sexo oposto, com a mesma idade. Há, portanto, a reportar volumes muito semelhantes de defuntos durante todo o período de estudo, com um ligeiro número mais elevado dos óbitos do sexo masculino face ao sexo feminino (165 e 152). Ficou também evidente que a mortalidade de crianças atingia valores preocupantes tendo em conta o número de população existente em Santa Ovaia, que, como referimos anteriormente, era reduzida. Contudo, apesar da elevada mortalidade nos primeiros anos de vida, era uma população que crescia, com os nascimentos a sobrepor-se às mortes, como também já vimos.

Para um estudo mais pormenorizado, vejamos como é que se desenrolou a mortalidade infantil e infantojuvenil na comunidade.

4.4.1. Mortalidade infantil e infantojuvenil⁶²

Não podendo fazer um estudo detalhado da mortalidade por classes etárias, fizemos antes um referente à mortalidade infantojuvenil, pois é através dela que

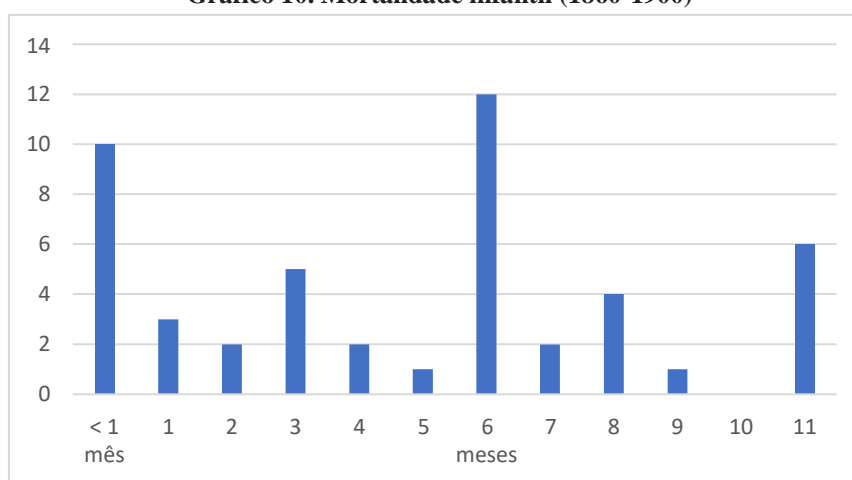
⁶² Optei por 7 anos, visto ser a idade utilizada em outros estudos.

conseguimos obter informações sobre a proteção que as crianças mais novas recebiam da comunidade onde se encontravam⁶³.

Como já foi referido, a ocupação das mães, o clima e higiene são fatores bastante importantes para a sobrevivência de um recém-nascido, especialmente numa altura em que a mortalidade infantil era alta e as crianças estavam menos protegidas.

Nos registos de Santa Ovaia, os párocos revelaram-se bastante detalhados ao informarem a idade de cada criança quando falecia. Registavam os anos, meses ou dias que tinham à data do seu falecimento, e, por vezes, em que condições, embora este último dado tenha sido mais raro de encontrar.

Gráfico 10. Mortalidade infantil (1860-1900)



Constata-se através deste gráfico, que a mortalidade infantil foi relativamente baixa: durante o período em estudo, por cada mil nascimentos, 53 crianças faleciam, valores inferiores aos de outras freguesias portuguesas da mesma época, como se verifica através de estudos realizados por Odete Leite em relação a Vila Nova de Famalicão⁶⁴. Apesar da referência deste estudo, devo mencionar que os números obtidos pela autora, 62 crianças falecidas por mil, podem ser questionáveis, pois em nada se enquadram com os obtidos por outros elaborados para a mesma época, feitos, por exemplo, em Calvão

⁶³ REIS, Maria da Conceição Coelho dos, *São Pedro da Ericeira...*, cit., p. 90.

⁶⁴ LEITE, Odete Tavares Paiva Silva, *Vila Nova de Famalicão - de freguesia rural a urbana (1620-1960) Comportamentos demográficos e sociais*, Tese de Doutoramento em História em Especialidade de Demografia Histórica, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003, pp. 291.

(Chaves) que tinha 93⁶⁵, Cortegaça (Ovar) entre 131 e 213⁶⁶, entre outros. Ao mesmo tempo, se tivermos em conta estudos fora de Portugal, observamos que a mortalidade infantil foi mais reduzida em Santa Ovaia e noutras zonas de Portugal, no mesmo período, do que em, por exemplo, França cujos valores andaram pelos 209 por cada mil.⁶⁷ Perante todos estes números, concluímos que a mortalidade infantil em Santa Ovaia era baixa.

Tabela 7. Permilagem dos óbitos de menores de 7 anos (1860-1900)

	Nascimentos	Óbitos < 7 anos	Permilagem
1860-1900	532	122	227

Direcionando a nossa atenção agora para a mortalidade infantojuvenil, sabemos que faleceram 65 (53%) crianças do sexo masculino e 57 (47%) do sexo feminino, perfazendo um total de 122 óbitos de crianças menores de 7 anos. Durante os anos de estudo, apenas em 1871, 1885 e 1899 é que não houve registo de nenhum óbito de menores de sete anos. Em 1870, registou-se um pico da mortalidade nesta categoria, com 11 óbitos registados, seguindo-se 1868 e 1861, com 6. Os restantes anos apresentaram valores entre 1 e 5.

Tendo em atenção os dados da tabela número 7, notamos que os valores da mortalidade das crianças menores de sete anos foram muito altos tendo em conta os resultados obtidos por outros autores referentes ao mesmo tema. Por exemplo, os valores mais altos que dispomos para a mesma época encontram-se entre os 120 e os 200, salvo raras exceções como Alvito S. Pedro e Anexa (Ginzo) (Barcelos), com valores entre os 173-269⁶⁸, e Pico de Regalos (Vila Verde) com 433⁶⁹. Concluímos, portanto, que esta camada da população santovaense foi bastante afetada pela morte.

⁶⁵ FAUSTINO, José Alfredo Paulo, *Calvão, uma paróquia do Alto-Tâmega (1670- 1870)*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998, pp. 210-211.

⁶⁶ GOMES, Maria Palmira da Silva, *Estudo demográfico de Cortegaça (Ovar) 1583- 1975*, Guimarães, NEPS/ICS, Universidade do Minho, 1998, p.95.

⁶⁷ LEBRUN, François. *La mortalité des enfants dans le monde et dans l'histoire*, publié sous la direction de Paul-Marie Boulanger et Dominique Tabutin, 1980. In: *Annales de démographie historique*, 1982, pp. 389-391.

⁶⁸ MIRANDA, Fernando António da Silva, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa, 1567-1989*, Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, 1993, p. 211.

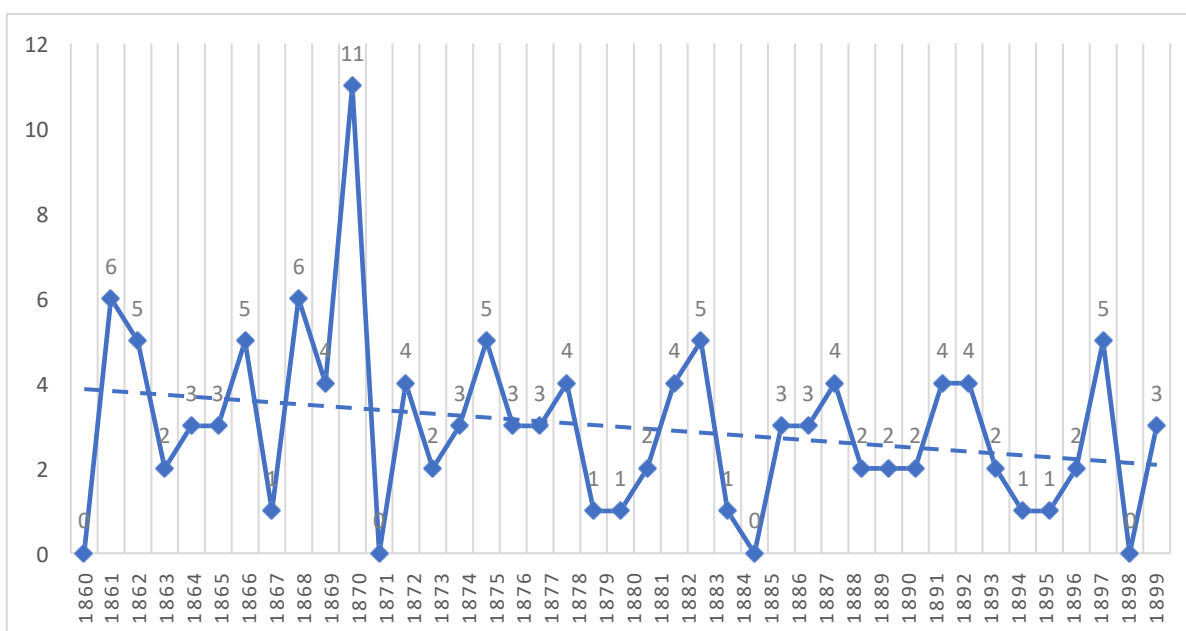
⁶⁹ ARAÚJO, Maria Lobo de, *O Pico de Regalos e a sua população 1554-1979*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada, 1992, p. 161.

4.4.2. Mortalidade de maiores e menores de 7 anos

Dentro dos 317 indivíduos que faleceram durante o período em estudo, analisaremos separadamente os óbitos de menores de 7 anos e com idades iguais ou maiores de 7 anos, um critério de divisão utilizado durante todo o estudo e não arbitrário.

Desde muito cedo que aparecem com frequência registos de óbitos de crianças, pois a mortalidade nos primeiros anos de vida era nesta época particularmente gravosa. Apesar do estudo ser feito relativamente ao século XIX, os dados que dispomos refletem uma aldeia suspensa no tempo cerca de 100 anos, tal como outras por todo o nosso país e tantos outros. Durante o período em estudo, foram registados nos assentos de óbitos 122 falecimentos de pessoas com idades inferiores a 7 anos, o que representa 38,5% do total de óbitos registados.

Gráfico 11. Movimento anual dos óbitos dos menores de 7 anos (1860-1900)



Tendo em consideração o Gráfico 11, verificamos que, entre 1860 e 1861, se registou uma subida do número de óbitos de menores de 7 anos, com uma taxa de mortalidade de 89 óbitos por cada mil nascimentos. A partir de 1861, os valores mantiveram-se entre os 5 e 2 óbitos, não revelando grandes disparidades. É sobretudo entre 1867 e 1870 que se dá um aumento exponencial dos óbitos registados, nomeadamente no ano de 1870. Como já referimos anteriormente, estes valores podem

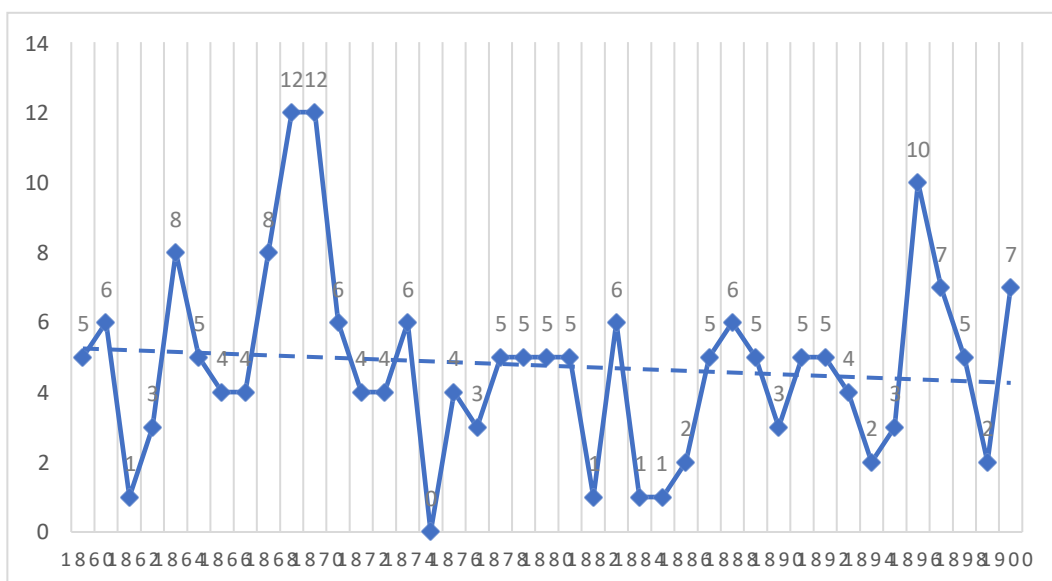
ter sido influenciados pela existência da febre tifoide no concelho oliveirense. Apesar de não existirem documentos que comprovem que Santa Ovaia foi diretamente afetada, não existem muitas dúvidas relativamente ao seu impacto na freguesia.

Entre 1870 e 1871 dá-se uma queda vertiginosa no número de menores falecidos na freguesia, voltando a subir nos anos posteriores, e mantendo-se entre 1 e 5 fatalidades por ano até ao fim do nosso estudo. Apesar de tudo, os anos de 1885 e 1889 são anos de exceção, pois, tal como em 1860 e 1871, não foram registados quaisquer óbitos de pessoas com idades inferiores a 7 anos.

Podemos concluir que, à exceção do ocorrido em 1870, por norma, a mortalidade infantojuvenil na freguesia de Santa Ovaia foi bastante estável, situando-se entre 1 e 6 casos anuais.

Analisemos agora os óbitos registados dos habitantes com idades iguais ou superiores a 7 anos.

Gráfico 12. Movimento anual dos óbitos com idades iguais ou superiores a 7 anos (1860-1900)

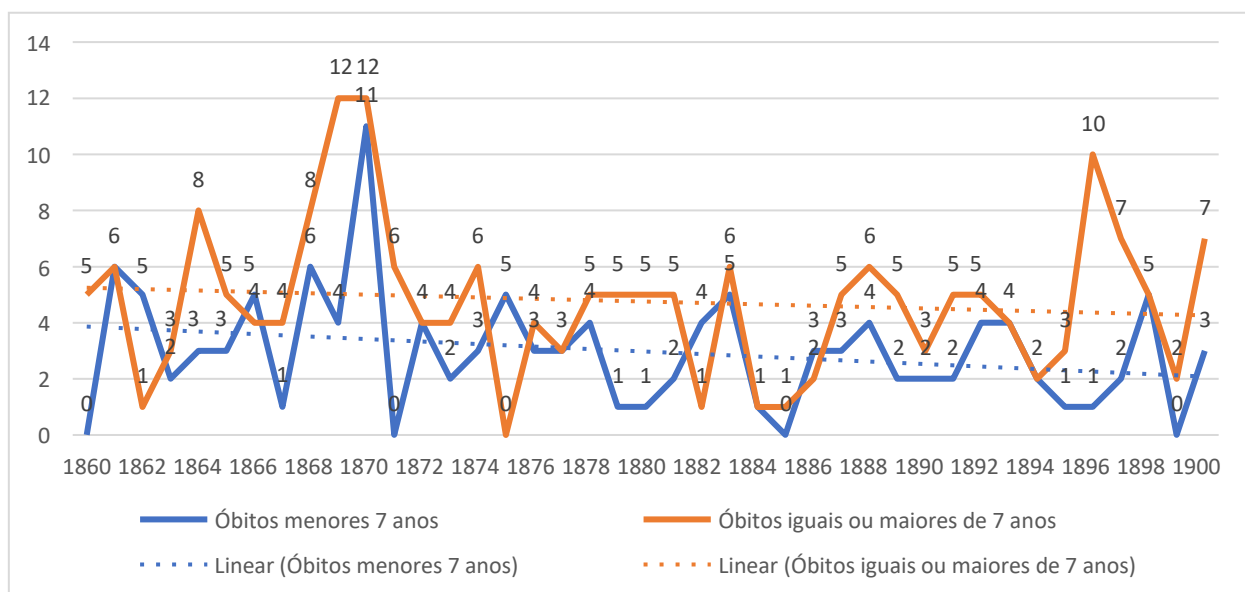


Entre 1860 e 1900, foram registados 195 óbitos de pessoas com idade igual ou superior a 7 anos (61,5% da totalidade das mortes). Através dos dados fornecidos pelo Gráfico 12, observamos que a mortalidade se mantém estável, com pequenas oscilações que não representam grande impacto, com exceção de um pico em 1869 e 1870, à semelhança do que ocorreu com as crianças, e ainda de um outro em 1896.

Fora esses casos, durante os quarenta anos do nosso estudo, podemos afirmar que a mortalidade na freguesia de Santa Ovaia, no que diz respeito a habitantes com idades iguais ou superiores a 7 anos, permaneceu estável, com oscilações naturais. É nos anos de 1869 e 1870 que se regista o maior pico de mortalidade, seguido muito mais tarde de 1896. Mais uma vez, temos dados semelhantes ao gráfico anterior, que nos fazem acreditar na forte possibilidade de a febre tifoide ter tido um impacto forte em Santa Ovaia, sobretudo entre 1868 a 1871. Quanto ao ano 1896, é difícil dizer ao certo o que realmente ocorreu. Noutros locais em Portugal, como Campanhã, Lisboa, Porto e Santarém, existiram algumas crises de mortalidade durante o mesmo ano, na sua maioria crises de fraca intensidade, fruto de cóleras ou doenças mal diagnosticadas que estavam muitas vezes relacionadas com problemas respiratórios⁷⁰. Talvez possa ter acontecido o mesmo na paróquia de Santa Ovaia.

Comparemos agora os dados obtidos referentes aos óbitos de menores de 7 anos, relacionando com os óbitos com idades de 7 anos ou mais, numa tentativa de perceber com maior detalhe o movimento anual dos óbitos.

Gráfico 13. Comparação entre os óbitos de menores e maiores de 7 anos (1860-1900)



A partir do Gráfico 13, conseguimos perceber que as linhas apresentam um comportamento com variações ligeiras, mas apresentando um comportamento semelhante

⁷⁰ BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, et al, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, NEPS/ICS Universidade do Minho, 2001, pp. 35-37

na sua generalidade. Os maiores picos, e onde se registam as maiores diferenças, foram claramente no ano 1869 e durante a fase final do nosso estudo, em 1896, valores que se verificaram durante o impacto da febre tifoide no concelho de Oliveira. Curiosamente, mesmo após o fim do surto da febre tifoide em Oliveira do Hospital, em 1870, mantém-se a tendência para uma queda na mortalidade santovaense, que atinge um máximo de 10 óbitos, valor que só voltou a ser registado em 1896, já numa fase final do século XIX. Acabamos por concluir que a mortalidade de santovaenses com idades inferiores a 7 se manteve estável, tendo-se apenas registado um pico no ano de 1870, cujo acontecido é difícil de explicar, mas, tendo em conta o panorama geral, creio estar relacionado com o surto de epidémico que afetou Oliveira por volta desta altura. Não podendo confirmar a veracidade desta suposição, resta-nos assumir como provável explicação este fator que também foi responsável pelos valores altos que se registaram para a população com 7 ou mais. Ao termos em conta as respetivas linhas de tendência, observamos que ambas apresentam um comportamento semelhante de tendência descendente mais acentuada na mortalidade dos menores de 7 anos.

4.5. Sazonalidade da morte de crianças e de adultos

De acordo com P. Guillaume e J. P. Poussou, que se referiam à Época Moderna, “a mortalidade obedece às estações (...) De modo geral, constata-se um máximo de óbitos em setembro, outubro e novembro; um segundo máximo no fim do Inverno e princípio da Primavera”⁷¹.

Esta distribuição dos óbitos pelos meses fornece informações que podem ser relacionadas com as causas mais comuns de morte. Para este método ser mais eficaz, procedemos à divisão dos óbitos, mais uma vez, entre grupos: um com idades inferiores a 1 ano, outro com idades até aos 7 anos e o outro com idades superiores a 7 anos.

Como sabemos, cada ano tem características específicas. A chuva, o calor e a geada são elementos fundamentais à agricultura e pecuária, capazes de controlar por completo uma sociedade. A agricultura, em especial para pequenas populações do interior de Portugal, era o pilar fundamental da sua sobrevivência, tal como a atividade piscatória

⁷¹ SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos, *População e Economia da Cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime (1785-1807)*, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2000, p. 179.

é fundamental para as sociedades litorais, sendo muitas vezes a única fonte de subsistência. Os bons ou maus anos agrícolas resultavam, mais do que hoje, do clima⁷².

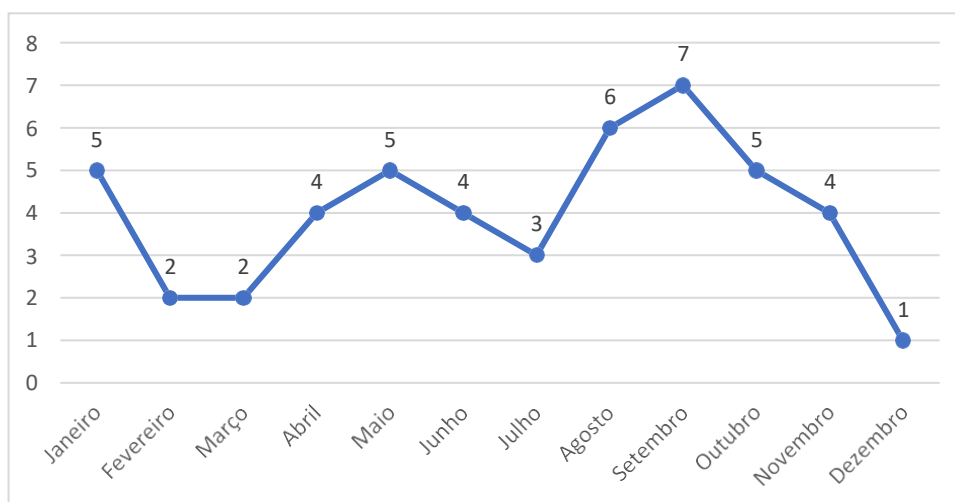
Sendo as crianças e os idosos os mais vulneráveis da população, a capacidade de resistência física às doenças apresentavam características distintas. A mortalidade adulta e idosa ocorria especialmente durante os meses de inverno, causada por problemas do aparelho respiratório agravados pelo frio; os menores, por serem mais sensíveis a problemas relacionados com o foro digestivo, influenciado pelo calor, morriam mais durante os meses de verão. Assim, janeiro era o mês mais gravoso para os adultos e setembro era mais perigoso para as crianças.

Este indicador permite-nos relacionar as circunstâncias estacionais e climáticas com a causa dos óbitos, uma vez que essas causas não eram referidas com regularidade⁷³.

4.5.1. Sazonalidade dos óbitos de menores de 1 ano: 1860-1900

Analisemos os óbitos com idades inferiores a 12 meses completos e vejamos se a população santovaense era ou não afetada pelas questões ambientais e pelo nível de desenvolvimento sanitário.

Gráfico 14. Sazonalidade dos óbitos de menores de 1 ano (1860-1900)



Observamos que a maior concentração de mortes ocorreu nos meses de agosto e

⁷² SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos, *População e Economia da...*, cit., p. 179.

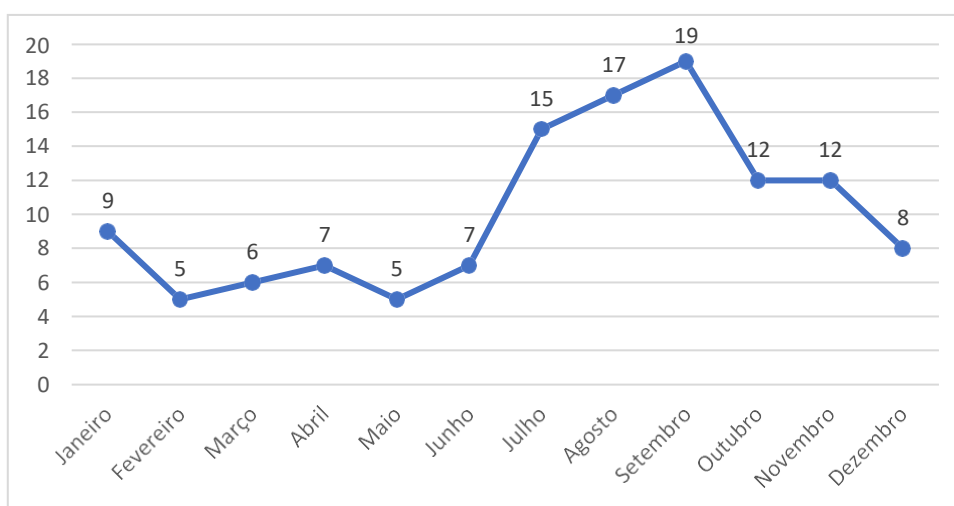
⁷³ REGO, Maria Aurora Botão Pereira do, *De Santa Marinha...*, cit., p. 191.

setembro, registando-se alguns picos moderados em janeiro e maio. As épocas com valores mais baixos situaram-se entre fevereiro e março e dezembro e julho, movimentos muito semelhantes com os de Santiago de Antas⁷⁴ e Vila Nova de Famalicão⁷⁵. As crianças estariam mais protegidas durante estes meses por ser um período calmo de trabalho no campo que ocupava menos as progenitoras, visto estarmos a falar de crianças que dependiam do leite materno para sobreviver e não de géneros alimentares sazonais. Havia uma tendência global para uma certa negligência destas crianças no período das colheitas, por se tratar de uma altura de intensa atividade nos campos. Durante esta altura todos tinham um papel a desempenhar e os bebés estavam mais sujeitos à deterioração do leite materno fruto do calor e do trabalho excessivo que as progenitoras tinham de desempenhar.

4.5.2. Sazonalidade dos óbitos de menores de 7 anos: 1860-1900

Observemos agora os dados obtidos referentes aos óbitos com idades inferiores a 7 anos de idade.

Gráfico 15. Sazonalidade dos óbitos de menores de 7 anos (1860-1900)



⁷⁴ JUNCAL, Martin, *Vidas através das gerações comportamentos demográficos de uma comunidade rural do Baixo Minho: Santiago de Antas (1581-1910)*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004, pp. 151-153.

⁷⁵ LEITE, Odete Tavares Silva, *Vila Nova de Famalicão...*, cit., pp. 278-279.

Entre 1860 e 1900 o movimento de óbitos registados com menos de 7 anos teve um comportamento bem definido com um pico entre julho e setembro, registrando um ligeiro decréscimo nos restantes meses, com a exceção de janeiro. Através dos dados apresentados, pode concluir-se que, tanto os menores de um ano quer aqueles que ainda não tinham sete anos, tiveram ciclos um pouco semelhantes. Apesar de ter existido uma variação na forma como os resultados se formaram durante os meses, ambos tiveram um aumento dos óbitos no verão e em alguns meses do outono. Setembro surge sempre como o mês com maior registo de óbitos, valores que, a partir daí, se registaram progressivamente menores até finais de novembro, um comportamento que não foi exclusivo de Santa Ovaia. Vila Nova de Famalicão⁷⁶ e Santiago de Antas⁷⁷ apresentaram comportamentos semelhantes, concluindo-se assim que o número elevado de óbitos nos meses de verão estaria relacionado com doenças relacionadas com o sistema digestivo, enquanto no outono estariam relacionadas com doenças respiratórias que provavelmente poderiam ter origem nas deficiências do sistema imunitário, típico de crianças que já comiam, estes ficavam privados dos cuidados maternos durante mais tempo, o que, por sua vez, significava que ficavam mais expostos a fatores que contribuía para a existência de doenças próprias da idade e fragilidades resultantes dos condicionamentos familiares.

4.5.3. Sazonalidade dos óbitos de maiores de 7 anos: 1860-1900

Para finalizar, analisemos agora a sazonalidade dos óbitos maiores de 7 anos, concluindo assim a nossa análise da sazonalidade da morte na comunidade santovaense.

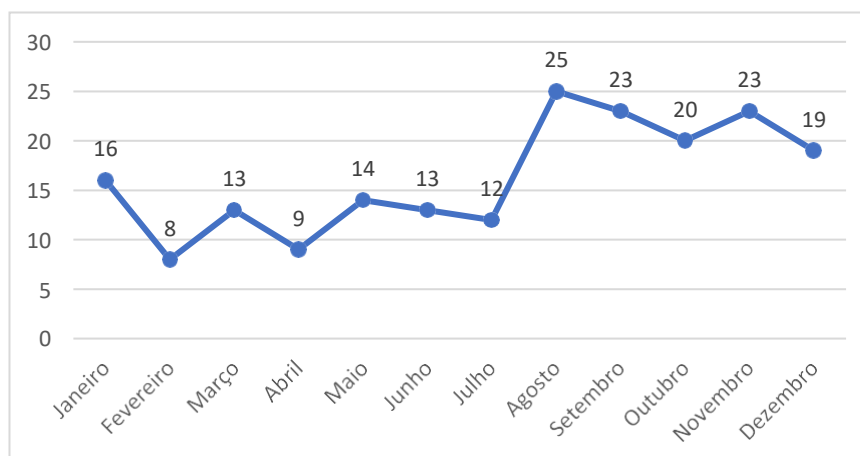
A distribuição das mortes entre 1860 e 1900 apontam para uma maior mortalidade dos indivíduos entre os meses de agosto a janeiro, mostrando-se, assim, uma mortalidade típica de outono, mas que se inicia a meio do verão, estendendo-se de agosto até ao final do ano com algumas oscilações pouco significativas. Era natural que a mortalidade se mantivesse alta durante o inverno pois coincidia com o frio e com a época das infeções bronco-pulmonares, bem como com o período de carências alimentares provocadas pela

⁷⁶ LEITE, Odete Tavares Silva, *Vila Nova de Famalicão...*, cit., pp. 280.

⁷⁷ JUNCAL, Martin, *Vidas através das gerações ...*, cit., p. 154-154.

escassez de bens alimentares de primeira necessidade⁷⁸. As pessoas com mais idade encontravam-se menos protegidas com a chegada do inverno, embora tal não tenha sido o caso de Santa Ovaia. O inverno começa a 21 de dezembro e foi a partir desse mês que houve uma progressiva diminuição dos registos de óbitos.

Gráfico 16. Sazonalidade dos óbitos de maiores de 7 anos (1860-1900)



Tendo em conta os dados que existem, é possível conjecturar que toda a população santovaense tenha sofrido de problemas relacionados com a falta ou má qualidade da alimentação (os menores faleciam devido à ingestão de alimentos alterados, de frutas verdes), ou a insalubridade das águas, que conduzia à propagação de doenças, como a cólera, disenteria ou varíola⁷⁹.

Em Santa Ovaia também existiu um grande e longo pico de mortalidade, que se iniciou em agosto e terminou em dezembro, durante os meses mais quentes e o início dos meses mais frios. Fica aqui evidenciado a influência implacável do clima na mortalidade da freguesia.

4.6. A última morada: o local de enterro

Não conseguiríamos fazer um estudo completo sobre a mortalidade sem dedicar um breve capítulo à última “morada” do defunto.

⁷⁸ LOPES, Nádía, *Natalidade e mortalidade...*, cit., pp. 77.

⁷⁹ LEBRUN, François, *A Vida Conjugal...*, cit., pp. 133-134.

Antes de meados do século XIX, o enterro era feito nas igrejas das localidades, porém, nesta centúria, tornou-se premente a criação de cemitérios: locais próprios, em terreno aberto, destinados ao enterro dos defuntos, com o objetivo de criar medidas higiénicas saudáveis para a população. Apesar de terem sido criados com o objetivo sanitário em mente, alguns foram abertos dentro das localidades⁸⁰. A última morada dos defuntos estava presente no dia-a-dia dos que continuavam vivos, quer nas igrejas, onde se reuniam para celebrações religiosas (missas de 7º dia, missas por alma de alguém que já partiu) ou nos cemitérios, particularmente no dia dos finados, prática que ainda hoje subsiste.

A maneira de encarar a morte veio a sofrer alterações ao longo do tempo. Se na Idade Moderna figurava, segundo Ariès, a *mort de moi*, a Idade Contemporânea, com todo um aprofundamento das relações afetivas, deu lugar à *mort de toi*: a morte de mim dava lugar à morte de ti. Existia uma maior preocupação com a morte do outro, originando uma mudança nas mentalidades e comportamentos face à morte. Eram atitudes, porém, que estavam delimitadas aos meios mais cultos e “descristianizados”, enquanto o resto da população continuava muito ligada ao futuro sobrenatural, que marca as suas práticas e reações espirituais⁸¹.

Analisemos a tabela 8, que nos mostra os locais onde foram sepultados os defuntos da freguesia de Santa Ovaia entre 1860 e 1900.

Tabela 8. Locais de Sepultura (1860-1900)

Local Sepultura	N.
Adro da Igreja	36
Cemitério	281
Total	317

No período do nosso estudo os enterros nas igrejas já estavam proibidos, embora em muitos casos, porque ainda não se tinham feito cemitérios, se continuasse a inumar

⁸⁰ FERRAZ, Norberto Tiago, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista*, Braga, tese de Doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014, pp. 216-217.

⁸¹ LOPES, Maria Antónia, “As grandes datas da existência...”, *cit.*, pp. 176-177.

nas igrejas ou nos adros os corpos dos defuntos, como aconteceu em Santa Ovaia. Até o cemitério ter sido ereto, os sepultamentos eram feitos no adro da igreja. Com a finalização da construção do cemitério da freguesia, os corpos começaram a ser aí enterrados. O primeiro registo de óbito sepultado no cemitério surge em 1863. No ano seguinte, 1864, foram ainda sepultados 9 defuntos no adro da igreja e apenas 2 no cemitério. Estes 9 defuntos não tinham qualquer tipo de destacamento social. Após 1864, todos foram sepultados no cemitério de Santa Ovaia.

Relativamente ao cemitério, a sua data de construção é desconhecida, mas através dos dados obtidos, o ano de 1863 surge como a data mais provável da sua edificação. Foram encontradas informações de defuntos sepultados no cemitério em 1811, algo que nos parece estranho visto que a construção de cemitérios só foi decretada oficialmente em 1835, a 21 de setembro, por iniciativa do Governo de Rodrigo da Fonseca de Magalhães, e assinado pela Rainha D. Maria I. Porém, antes de serem erigidos estes cemitérios ‘oficiais’ existiam cemitérios localizados dentro das povoações, que não tinham qualquer tipo de vedação e que as populações utilizavam frequentemente para atividades mundanas⁸², não sendo raro que os animais desenterrassem os restos mortais dos defuntos⁸³. Daí a importância deste decreto, que estabeleceu a obrigatoriedade de criação dos cemitérios civis para o enterramento dos mortos, por questões de saúde pública. Como sabemos, não foi cumprido, mas esta preocupação sentia-se especialmente em grandes cidades como Lisboa, Porto e Coimbra, onde existia uma elevada densidade populacional, o que fazia com que os locais onde normalmente eram sepultados os mortos se encontrassem sobrelotados, contribuindo para a propagação de doenças.

Ligado à morte está a prática de fazer ou não testamento. Em Portugal, os testamentos começaram a surgir sobretudo nos inícios da Idade Média, apesar de terem sido utilizados por um grupo bastante restrito. Com o passar do tempo, e em especial na Época Moderna, deu-se uma maior difusão das pessoas de diferentes camadas sociais que procediam à elaboração dos testamentos, embora esta fosse ainda uma prática pouco comum, e a maioria continuava a falecer sem fazer testamento⁸⁴. Em Santa Ovaia, durante

⁸² FAVRE, Robert, *La mort dans la littérature et la pensée françaises au siècle des lumières*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1978, p. 25; Lauwers, Michel, *Naissance du cimetière Lieux sacrés et terre des morts dans l'occident medieval*, Aubier, Editions Flammarion, 2005, pp. 264-266.

⁸³ SOARES, Franquelim Neiva, “A Missionação da arquidiocese de Braga pelas visitas pastorais nos séculos XVI e XVII,” in *Actas do Congresso Internacional de História Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Vol. I..., p. 342.

⁸⁴ FERRAZ, Norberto Tiago, *A Morte e a Salvação...*, cit., p. 129

o período em estudo, apenas 15 defuntos elaboraram testamento, o que corresponde a 4,8% de todos os óbitos registados, exibindo valores extremamente reduzidos. Esta escassez de testamentos estava intimamente relacionada com o facto de os defuntos não possuírem bens, embora também exista a probabilidade de o ato de fazer testamento já ter caído em desuso nesta segunda metade do século XIX. A escassez de detalhes relativamente a este aspeto final da vida dos santovaenses deixa-nos com mais questões do que respostas, que infelizmente não conseguem ser respondidas.

Conclusão

É com um enorme prazer e sentido de dever cumprido que chegamos ao fim do presente estudo referente à pequena comunidade de Santa Ovaia, entre 1860 e 1900, onde foi possível obter informação valiosíssima sobre a sua demografia e os seus respetivos comportamentos. É o culminar de um sonho tornado realidade, um trabalho moroso e complexo, não pela quantidade de dados, mas pela exigência pedida para que este ficasse ao melhor nível. É um trabalho que acredito estar bem fundamentado na análise exaustiva dos registos paroquiais, de batismo, casamento e óbito, até onde as fontes nos permitiram chegar. O atual estado da tecnologia permitiu que o trabalho, e em particular, a análise de todos os registos e obtenção da informação para o tratamento estatístico, tivesse sido feito de uma forma coesa e segura. Só a partir da respetiva compilação de todos estes dados é que foi possível aprofundar o conhecimento sobre esta paróquia, o que possibilitou a análise das variáveis demográficas enunciadas ao longo da dissertação e respetiva resposta às questões colocadas. Além disso, foi determinante o facto de os registos se encontrarem em muito bom estado e com relativa facilidade de acesso, à espera que um historiador, e neste caso um filho da terra, lhes pegasse e desse o tratamento adequado.

Começámos por nos focar nos batismos, que, para além de representarem a primeira etapa da vida de uma pessoa, o nascimento, o período que o nosso estudo ocupa representa uma fase especialmente próspera para a natalidade, depois de um início de século conturbado por invasões, guerras civis, surtos de doenças e dificuldades económicas. Recordamos que, no que aos batismos concerne, o ano de 1889 não foi alvo de estudo devido ao mau estado dos registos, impossibilitando quaisquer conclusões.

Dos 545 batismos analisados, concluiu-se que foi entre os anos 1869 e 1900 que se registou o maior número de nascimentos, com especial menção para 1870, 1888 e 1891. Este aumento verificou-se durante a fase de estabilização da população na freguesia,

De uma forma geral, verificou-se que a maioria dos nascimentos ocorreu nos meses de novembro e dezembro, o que corresponde a conceções de fevereiro e março, respetivamente. Esta tendência santovaense contradiz a tendência da Europa na mesma época, onde os meses de abril, maio e junho registaram o maior número de conceções que

iria conduzir a um número mais elevado de nascimentos em janeiro, fevereiro e março. A explicação encontrada para esta diferença prende-se mais uma vez com o facto de Santa Ovaia ser povoada por homens que, devido à sua profissão, se deslocavam para fora da freguesia onde viviam e casavam, para trabalhar durante esses meses de verão.

O total de 277 crianças do sexo masculino e 268 do sexo feminino (dados que incluem os 6 expostos batizados e também falecidos pós-parto) revelam-nos uma relação de 105 rapazes para cada 100 raparigas, uma tendência que, ao contrário do que aconteceu em relação a outros dados, se revela em sincronia com a tendência nacional e europeia no mesmo período.

Ao analisarmos a mobilidade geográfica dos pais, concluímos que eram sobretudo os membros do sexo masculino que eram originários de fora da freguesia. Explica-se facilmente se tivermos em conta que os homens estavam mais propícios a sair da sua freguesia de origem para procurar trabalho onde depois iriam contrair matrimónio acabando por lá permanecer. A ilegitimidade do nascimento, uma circunstância importante no século XIX, já que muito influenciava a vida de mães e de filhos, situava-se nos 15,8% até 1860, e nos 12% em 1888 e 1890 em todo o território nacional. Em Santa Ovaia, dos 545 batismos registados, foram assinaladas como ilegítimas 54 crianças, o que resulta numa taxa de ilegitimidade de 9,91%, logo reduzida. Além disso, verificou-se um constante decréscimo desta taxa.

Como seria lógico, inserido dentro da temática da ilegitimidade, os expostos mereceram uma abordagem mais aprofundada, dedicando-se o capítulo 2.5. ao seu estudo. Em Santa Ovaia, registou-se a existência de 6 crianças expostas, um número reduzido, ao longo de 41 anos, que pode ter sido conseguido em parte devido às intimações femininas, que se realizaram na segunda metade do século XIX após a extinção das Rodas.

Os primeiros dias e meses de vida eram os mais perigosos para as crianças, pelo que o batismo era, em geral, feito com a maior brevidade possível, para garantir que, caso a criança morresse, esta pudesse não só encontrar a felicidade junto do Senhor, mas também ser sepultada nos cemitérios, entretanto catolicizados. Em Santa Ovaia verificou-se que apenas 19 crianças foram batizadas nos primeiros 8 dias de vida. A maioria das crianças (431 do total de 539 batismos) foi batizada entre 15 e mais de 60 dias. Especula-se que esta tendência pouco usual para a altura esteja ligada ao facto de a população ter

poucas posses monetárias como também possa estar ligada à ausência dos progenitores masculinos.

Chegamos, então, à conclusão, que Santa Ovaia apresentava padrões diferentes da norma verificada no restante território nacional e europeu, e a grande causa era a ocupação dos pais, e a necessidade que estes tinham de se deslocar para fora da freguesia em trabalho, atrasando em muito os batismos. Esta é, de resto uma razão que irá interferir não só com a temática dos batismos, como vimos, mas também com os ritmos de casamento.

Entre 1860 e 1900 realizaram-se, em Santa Ovaia, 137 casamentos. O maior número de casamentos foi registado em 1870 (9), e o menor número de casamentos em 1873 e 1879, quando não houve nenhum registo de conjúgios. Em geral, a tendência foi para uma subida, ainda que contida, entre os anos 1881 e 1885. Estes valores levaram a concluir que a existência de poucos casamentos em Santa Ovaia se explica pelo facto de a população da freguesia ser uma das mais pequenas do concelho.

No que concerne aos meses prediletos para casar, a comunidade de Santa Ovaia seguiu os padrões gerais europeus da Idade Moderna quanto a esta matéria. Fevereiro foi o mês em que se registou mais casamentos, com um total de 33. Apesar de novembro, o outro mês predileto dos europeus, não ser o segundo mês com o maior número de casamentos, registaram-se ainda assim 15 casamentos durante este mês. A anomalia residiu nos meses de junho e janeiro, que, a seguir a fevereiro, são os meses com mais registo de casamentos (18 e 17, respetivamente). A grande afluência quanto aos meses adveio das restrições impostas pela própria igreja, que não permitia a realização de casamentos do Advento à Epifania e durante a Quaresma. Além disso, também os trabalhos agrícolas influenciaram muito as celebrações: os meses de Verão, em que os trabalhos agrícolas ocupavam todo o tempo, são os meses com o menor número de registos de casamento.

Já quando nos debruçamos sobre o quais os dias da semana escolhidos pela comunidade para celebrar o matrimónio, a quinta-feira foi o dia em que se registaram mais casamentos (52), e sexta-feira o dia em que se registaram menos (0), neste aspeto, Santa Ovaia desvia-se, novamente, dos padrões europeus, pois os dias escolhidos pela generalidade da população europeia para casar eram segunda e terça, e os dias menos escolhidos sexta, quarta e quinta. A falta de preferência pela sexta-feira era justificada por superstição, uma vez que se considerava um dia nefasto, que lembrava a morte de

Cristo. Domingo, um dia escolhido para casar no resto da Europa, foi, em Santa Ovaia, pouco apetecível. Uma possível explicação seria, mais uma vez, o facto de os homens da freguesia se deslocarem grandes distâncias em trabalho e não conseguirem muitas vezes realizar o matrimónio nos dias que eram considerados como indicados no resto do país e espaço europeu.

Foi interessante averiguar a proveniência dos nubentes da comunidade, tendo sido possível encontrar-se informações acerca da mobilidade nupcial e respetivos impedimentos religiosos durante a recolha e tratamento dos dados. A maioria das uniões era feita entre uma mulher da terra e um homem "de fora", de outras freguesias. Porém, note-se que, apesar de freguesias diferentes, eram maioritariamente homens de freguesias contíguas, um raio de 10km que se conforma com os estudos feitos para a época. O casamento de noivos da mesma freguesia traduz-se num universo de 39 pessoas, cerca de 28% dos 137 casamentos analisados e, no que concerne os impedimentos, apenas 4 foram encontrados durante todo o estudo.

Por fim, dedicamos o capítulo IV ao estudo da mortalidade em todas as suas vertentes na comunidade. A mortalidade é influenciada, na maioria das vezes, pelo estilo de vida das populações, mas também é fortemente afetada por circunstancialismos externos, como pandemias e fatores climáticos e até mesmo guerras.

Os registos santovaenses não dispunham de informações suficientes para se fazer um estudo tão aprofundado quanto o desejado em relação a esta matéria. As informações recolhidas têm sobretudo um teor estatístico, apresentando lacunas quanto às causas da morte, o que, infelizmente, significou que não foi possível retirar conclusões detalhadas quanto às condições de vida da população.

Durante o período em estudo, morreram, em Santa Ovaia, 317 indivíduos, mas durante estes 41 anos, a mortalidade não se distribuiu uniformemente. Não se retiraram conclusões anómalas quando se considera que, durante o período em estudo, o concelho de Oliveira do Hospital foi fustigado por duas crises pandémicas. Foi, precisamente, durante esse período que se registaram mais mortes na localidade. Assinale-se ainda que até 1871 as mortes superaram sempre os nascimentos, o que revela a fragilidade demográfica da comunidade, ainda com traços de Antigo Regime.

Concluiu-se que a taxa de mortalidade no sexo masculino foi superior à do sexo feminino e que a proporção de mulheres solteiras falecidas foi mais elevada do que a dos homens, valores que não fugiram ao padrão português e europeu da época.

Não seria um verdadeiro estudo sobre a mortalidade se não tivesse sido feito uma análise dos valores de mortalidade tendo em conta as diferentes faixas etárias. Também neste aspeto foram encontradas algumas debilidades nos registos, pois a informação sobre a idade dos defuntos nem sempre se encontrava registada. Apesar disso, retira-se uma conclusão bastante triste, embora esperada: do total de 317 óbitos ao longo do período em estudo, 115 foram de crianças entre os 0 e os 4 anos.

Esta conclusão mereceu um estudo mais aprofundado, dedicando-se o subcapítulo 4.4.1. à mortalidade infantil e infantojuvenil. A sobrevivência de um recém-nascido estava ainda muito dependente de fatores externos como a ocupação das mães, o clima, a higiene e a alimentação. Apesar de o número bruto de mortes infantis, a taxa de mortalidade em Santa Ovaia mostrou-se inferior à do resto do país, embora se encontrasse acima da registada no resto da Europa. Já os valores da mortalidade das crianças menores de sete anos foram muito altos, tendo em conta os resultados obtidos por outros autores referentes ao mesmo tema.

Quanto às restantes faixas etárias (maiores de 7 anos), não foram registados valores especialmente únicos ao restante panorama nacional e europeu para a época, embora os anos de 1869 e 1870 se tenham verificado especialmente mortais. Estes foram, porém, anos de pandemia no concelho, pelo que estes números não são de espantar. A maior incógnita prende-se com o ano 1896, quando se registaram mais óbitos do que nos 10 anos anteriores, provavelmente derivado de outro surto epidemiológico, mas sem explicação definitiva.

A distribuição dos óbitos pelos meses forneceu informações relacionadas com as causas mais comuns de morte. Através deste estudo conseguimos perceber se a população era afetada por questões ambientais e pelo nível de desenvolvimento sanitário. De uma maneira geral, constata-se que os meses de inverno eram especialmente letais para os idosos, e os meses de verão para as crianças, uma tendência que se verificou também em Santa Ovaia, levando a concluir que esta não era diferente de outras comunidades do Reino que revelavam dados semelhantes.

Por fim, foi importante tratar do local de enterro dos defuntos. O período em estudo comporta tanto casos de enterros nas igrejas como, mais tarde, no cemitério, assim que este foi erigido na freguesia. Esta evolução é especialmente interessante, pois assistimos em tempo real à evolução das preocupações sanitárias das populações, assim como à mudança de mentalidades, que passa por uma alteração da maneira como

encaravam a própria morte. Nomeadamente, no que ao testamento diz respeito: como seria de esperar, por se tratar de um século XIX tardio e de uma comunidade pobre, esta não era uma prática muito comum, e não nos chegou informação suficiente para fazer um estudo detalhado, ou para retirar conclusões definitivas sobre esta prática.

Aqui chegados, advimos à conclusão de que Santa Ovaia foi influenciada pelos seus circunstancialismos e, muito provavelmente, pela profissão de grande parte dos seus habitantes do sexo masculino, embora não tenha conseguido comprovação cabal desta última hipótese, que é a seguinte: a deslocação, às temporadas, para fora da freguesia, em trabalho, acabou por influenciar tanto a natalidade e os batismos, como os ritmos de casamento, e, em alguns aspetos, diferenciar Santa Ovaia do resto do panorama nacional, e até europeu. Ainda assim, continuou a ser uma freguesia com um regime demográfico arcaico e marcada por condições de vida muito precárias, fortemente influenciada pela pedra, agricultura e pelas ideias religiosas do seu tempo.

FONTES E ESTUDOS

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

- Livro de registos paroquiais de batismos da freguesia de Santa Ovaia, 1860-1880, 1881-1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895 e 1896-1900.

- Livro de registos paroquiais de casamentos da freguesia de Santa Ovaia, 1860-1864, 1865-1866, 1867-1868, 1869, 1870, 1871-1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897 e 1899.

- Livro de registos paroquiais de óbitos da freguesia de Santa Ovaia, 1860-1868, 1869, 1870, 1871-1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899 e 1900.

Fontes impressas

- *Carta Constitucional de 1826*, digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4161652

- *Censo de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, ine.pt

- *Censo de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, ine.pt

- *Censo de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, ine.pt

- *Censo de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, ine.pt

- *Código Civil Português de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf

- *Constituições synodales do Bispado de Coimbra*, impressas por ordem do Ilustrissimo Senhor Dom Afonso de Castel Branco, segunda impressão, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1731.

MONTEIRO, António Xavier de Sousa, *Manual de Direito Administrativo Parochial*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870.

Estudos

ALCOCHETE, Nuno Daupias de “Registo Paroquial”, in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, pp. 560-561.

ALMEIDA, Francisca Pires de “Felizes os que morrem anjinhos”: Batismo e morte infantil em Portugal (séculos XVI-XVIII), *Erasmus: Revista de História Bajomedieval y Moderna*, nº 2, 2015, pp. 42-43.

AMORIM, Maria Norberta, “Registos Paroquiais”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Mem Martins, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 98-100.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de *O Pico de Regalados e a sua população 1554-1979*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada, 1992.

BARATA, Ana Margarida, *Práticas Matrimoniais na Freguesia de Serpins (1630-1729)*, Coimbra, Tese de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016.

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, et al, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, NEPS/ICS Universidade do Minho, 2001.

BIDEAU, Alain, “Mecanismos autorreguladores das Populações Tradicionais”, in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984.

CALLIER-BOISVERT, Colette, *Soajo entre Migrações e Memória. Estudo sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2004.

CARVALHO, Joaquim Ramos de “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna” in Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *História da Vida Privada em*

Portugal: Época Moderna, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 32-35.

CASCÃO, Rui, “Demografia e Sociedade” in Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *História de Portugal*, vol. 5, *O Liberalismo*, Editorial Estampa, 1998, pp. 368-369.

FAUSTINO, José Alfredo Paulo, *Calvão, uma paróquia do Alto-Tâmega (1670-1870)*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998.

FAVRE, Robert, *La mort dans la littérature et la pensée françaises au siècle des lumières*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1978.

FERNANDES, Milene dos Anjos, *A População de Priscos entre os séculos XVI e XX. Estudo Demográfico*, Braga, dissertação de Mestrado em História, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2015.

FERRAZ, Norberto Tiago, *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista*, Braga, tese de Doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014.

GOMES, Maria Palmira da Silva, *Estudo demográfico de Cortegaça (Ovar) 1583-1975*, Guimarães, NEPS/ICS, Universidade do Minho, 1998.

HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Editora Gradiva, 1988.

JUNCAL, Martin, *Vidas através das gerações comportamentos demográficos de uma comunidade rural do Baixo Minho: Santiago de Antas (1581-1910)*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004.

LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, 1983.

LEBRUN, François, [Recensão a] *La mortalité des enfants dans le monde et dans l'histoire*, publié sous la direction de Paul-Marie Boulanger et Dominique Tabutin, 1980, *Annales de démographie historique*, 1982, pp. 389-391.

LEITE, Odete Tavares Paiva Silva, *Vila Nova de Famalicão - de freguesia rural a urbana (1620-1960) Comportamentos demográficos e sociais*, Tese de Doutoramento em História em Especialidade de Demografia Histórica, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003.

LOPES, Maria Antónia, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” in VAQUINHAS, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal*

3. *Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 152-193.

LOPES, Maria Antónia - “Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado: intimações, subsídios e abandonos no distrito de Coimbra, 1850-1890” in Araújo, Maria Marta e Pérez Álvarez, María José (coords.), *Do silêncio à ribalta. Os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX)*, s.l., Lab2PT, 2016, pp. 37-54.

LOPES, Nádia, *Natalidade e mortalidade na freguesia da Bemposta em finais do antigo regime (1752-1800)*, Coimbra, Tese de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017.

MENDES, Jorge, *Monografia histórica de Santa Ovaia*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013.

MIRANDA, Fernando António da Silva, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa, 1567-1989*, Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, 1993.

NEVES, F. Correia das, *Os verbos dos Arguinhas*, Beja, s.n, 1987.

OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Soure Família, Matrimónio e Sociedade*, Coimbra, Areias do Tempo, 2009.

REIS, Maria da Conceição Coelho dos, *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855: estudo demográfico*, Tese de Mestrado em História das Populações, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003.

REGO, Maria Aurora Botão Pereira do, *De Santa Marinha de Gontinhães e Vila Praia de Âncora (1624-1924) - Demografia, Sociedade e Família*, Braga, Tese de Doutoramento em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2012.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, “A população portuguesa nos séculos XIX e XX”, *População e sociedade*, nº1, Porto, CEPFAM, 1995, pp. 57-113.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, 2008.

ROQUE, João Lourenço, *Epidemias no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*, separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 2000.

SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos, *População e Economia da Cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime (1785-1807)*, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2000.

SERRA, Paulo Galvão, *Levantamento do fundo paroquial da freguesia de São Gião, concelho de Oliveira do Hospital*, Covilhã, Tese de Mestrado em Ciências Documentais, Universidade da Beira Interior Artes e Letras, 2012.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, “A organização do território e o estudo da população, 1801-1849” in Luís Nuno Espinha da Silveira *et al.* (coord.), *Os Recenseamentos da população Portuguesa de 1801 e 1849*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, pp. 26-33.

SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva, *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, 2 vols., tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada, 1972.

SOUSA, Paulo Ricardo Oliveira, *Mulheres intimadas do conselho de Oliveira do Hospital: Estudo do livro de intimações femininas (1852-1867)*, Coimbra, trabalho de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018.

Webgrafia

<http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php>

<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/>

<https://tombo.pt/f/ohp14>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Ovaia

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt

<https://pesquisa-arquivo.cm-pontedelima.pt/details?id=11471>